

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI**

**DIRETORIA GERAL**  
**PORTARIA Nº 004/2017, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017**

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Estudos para Elaboração de Projeto de Lei que dispõe sobre Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico do Município de Acari/RN.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o resultado da Audiência Pública ocorrida no dia 17 de novembro de 2016, que estabeleceu a criação de uma comissão de estudos como providência primeira à edição do projeto de lei dispondo sobre tombamento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município de Acari/RN; e

CONSIDERANDO, outrossim, o preceituado no Art. 38, inciso XXXVI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Acari/RN;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Estudos para Elaboração de Projeto de Lei que dispõe sobre Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico do Município de Acari/RN.

Art. 2º. Ficam designados os seguintes integrantes para compor a referida comissão:

José Ari Bezerra Dantas – Representante da Câmara Municipal de Acari/RN;

Josélia de Araújo Silva – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Josenaldo Rodrigues Guimarães Filho – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Desporto e Lazer;

Paulo Roberto Leite Bulhões – Representante do Gabinete do Prefeito;

Philipe Ferreira de Araújo – Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

Sérgio Enilton da Silva – Representante do Museu Histórico de Acari;

Bento de Araújo – Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;

Adriano Campelo da Silva – Representante de Historiadores de Acari;

Lécio Santos – Representante dos Proprietários de Bens Imóveis.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI/RN, em 13 de fevereiro de 2017.

JOSÉ ARI BEZERRA DANTAS

Presidente da Câmara Municipal de Acari/RN

**Publicado por:**  
**ROMEU FERNANDES DANTAS DE SALES**  
**Código Identificador: 4338707A**

**DIRETORIA GERAL**  
**EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017**

Espécie: Contrato de Prestação de Serviço nº 003/2017.

Contratante: Câmara Municipal de Acari/RN.

Contratado: Medeiros & Lima LTDA - ME - CNPJ Nº 70.313.697/0001-36.

Objeto: Aquisição de material de consumo para atender as necessidades da Câmara Municipal de Acari/RN, conforme especificado no Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2017.

Valor global: R\$ 6.518,25 (seis mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos).

Vigência: até 31/12/2017.

Data de Assinatura: 10 de fevereiro de 2017.

Assinam: José Ari Bezerra Dantas - Presidente da Câmara Municipal de Acari/RN e Francisco Assis de Lima - Contratado.

**Publicado por:**  
**ROMEU FERNANDES DANTAS DE SALES**  
**Código Identificador: 3D59EB78**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES**

**PRESIDÊNCIA**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017**

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, verbis:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

**RESOLVE:**

1 – Fica dispensado o procedimento licitatório referente à aquisição de serviços de manutenção de cadeiras no auditório e plenário, birôs, portões de metalon e pinturas de esquadrias em geral para atender aos interesses da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2015, na Fonte de Recurso: 100 – recursos ordinários; Órgão: 01 – Poder Legislativo, Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal, Função : 01 - Legislativa, Sub-Função : 031 – Ação Legislativa, Programa: 0003 – Melhoria do Serviço Municipal, Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ.

3 – Importará a despesa o valor de R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais), que será pago após o trâmite normal do processo de dispensa.

4 – Contratar a empresa FRANCIMARIA LEONEZ DO NASCIMENTO, CNPJ 19.198.773/0001-52, RUA ANGELO VARELA, 60, CENTRO, ALTO DO RODRIGUES/RN.

5 – O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Alto do Rodrigues/RN, 06 de Janeiro de 2017.

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
**TALITA FERNANDES DE SOUSA**  
**Código Identificador: 5686C06B**

**PRESIDÊNCIA**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017**

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, verbis:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

**RESOLVE:**

1 – Fica dispensado o procedimento licitatório referente à CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO 1,0 FLEX CAPACIDADE 5 PESSOAS KM LIVRE ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2015, na Fonte de Recurso: 100 – recursos ordinários; Órgão: 01 – Poder Legislativo, Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal, Função : 01 - Legislativa, Sub-Função : 031 – Ação Legislativa, Programa: 0003 – Melhoria do Serviço Municipal, Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ.

3 – Importará a despesa o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que será pago após o trâmite normal do processo de dispensa.

4 – Contratar a empresa J A RIBEIRO - ME, CNPJ 70.023.502/0001-13, EST. RN 118, 50, ALTO ALEGRE, ALTO DO RODRIGUES/RN.

5 – O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Alto do Rodrigues/RN, 06 de Janeiro de 2017.

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
**TALITA FERNANDES DE SOUSA**  
**Código Identificador: 676050F4**

**PRESIDÊNCIA**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017**

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, verbis:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

**RESOLVE:**

1 – Fica dispensado o procedimento licitatório referente à contratação de empresa especializada no fornecimento de link de internet de 6 megabyte para atender aos interesses da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2015, na Fonte de Recurso: 100 – recursos ordinários; Órgão: 01 – Poder Legislativo, Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal, Função : 01 - Legislativa, Sub-Função : 031 – Ação Legislativa, Programa: 0003 – Melhoria do Serviço Municipal, Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ.

3 – Importará a despesa o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), que será pago após o trâmite normal do processo de dispensa.

4 – Contratar a empresa A Z DE ARAUJO NETO - ME, CNPJ 17.869.753/0001-30, AV. ANGELO VARELA, 531, CENTRO, ALTO DO RODRIGUES/RN.

5 – O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Alto do Rodrigues/RN, 05 de Janeiro de 2017.

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
**TALITA FERNANDES DE SOUSA**  
**Código Identificador: 4CB94D36**

**PRESIDÊNCIA**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2017**

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, verbis:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

**RESOLVE:**

1 – Fica dispensado o procedimento licitatório referente à contratação de empresa especializada no fornecimento de

direito de uso e manutenção de software integrado de orçamento e contabilidade pública atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2015, na Fonte de Recurso: 100 – recursos ordinários; Órgão: 01 – Poder Legislativo, Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal, Função : 01 – Legislativa, Sub-Função : 031 – Ação Legislativa, Programa: 0003 – Melhoria do Serviço Municipal, Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ.

3 – Importará a despesa o valor de R\$ 2.132,20 (dois mil e cento e trinta e dois reais e vinte centavos), que será pago após o trâmite normal do processo de dispensa.

4 – Contratar a empresa KEILLA TAISE LOPES DE MATOS - ME, CNPJ 06.050.403/0001-21, RUA JOAO CELSO FILHO, 1075, SÃO JOAO. ASSU/RN.

5 – O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Alto do Rodrigues/RN, 07 de Janeiro de 2017.

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 6901ACFA

## PRESIDÊNCIA TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24. inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, verbis:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

RESOLVE:

1 – Fica dispensado o procedimento licitatório referente à contratação de empresa especializada na manutenção e suporte técnico em computadores, servidores e rede local (LAN) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2015, na Fonte de Recurso: 100 – recursos ordinários; Órgão: 01 – Poder Legislativo, Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal, Função : 01 – Legislativa, Sub-Função : 031 – Ação Legislativa, Programa: 0003 – Melhoria do Serviço Municipal, Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ.

3 – Importará a despesa o valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), que será pago após o trâmite normal do processo de dispensa.

4 – Contratar a empresa M E DA CUNHA RIBEIRO - ME, CNPJ 04.403.207/0001-68, RUA JOSÉ DOS SANTOS, 263. CENTRO. ALTO DO RODRIGUES/RN.

5 – O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Alto do Rodrigues/RN, 06 de Janeiro de 2017.

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 4BC6860B

## PRESIDÊNCIA TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24. inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, verbis:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou

alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

RESOLVE:

1 – Fica dispensado o procedimento licitatório referente à contratação de serviços de gravação em áudio e vídeo: trabalhos fotográficos das sessões extraordinárias realizadas no período do recesso legislativo do interesse da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2015, na Fonte de Recurso: 100 – recursos ordinários; Órgão: 01 – Poder Legislativo, Unidade Orçamentária: 001 – Câmara Municipal, Função : 01 – Legislativa, Sub-Função : 031 – Ação Legislativa, Programa: 0003 – Melhoria do Serviço Municipal, Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal. Elemento de Despesa: Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ.

3 – Importará a despesa o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.

4 – Contratar a empresa JEFTE DA SILVA- ME, CNPJ 09.092.528/0001-02. AVENIDA ANGELO VARELA, 267, CENTRO, ALTO DO RODRIGUES/RN.

5 – O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Alto do Rodrigues/RN, 06 de Janeiro de 2017.

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 55FABC31

## PRESIDÊNCIA CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.470.825/0001-81, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 98, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues/RN, CEP nº 59.507-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, brasileiro, capaz, residente e domiciliado na Rua Antônio Saraiva (Do osso), 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN. CONTRATADA: FRANCIMARIA LEONEZ DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.198.773/0001-52, com sede estabelecida na Rua Ângelo Varela, nº 60, Centro, Alto do Rodrigues/RN. De acordo com as formalidades constantes da Dispensa de Licitação nº. 03/2017 resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Abertura de Processo de Dispensa Referente à contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de manutenção de cadeiras no auditório e plenário, birôs, portões de metalon e pinturas de esquadrias em geral para atender as necessidades da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO à importância total de R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Dispensa de Licitação nº. 03/2017, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e nas demais normas vigentes.

### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses).

### CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

1. As despesas com a execução deste contrato serão custeadas com recurso transferido do executivo municipal, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Alto do Rodrigues

Função: 01 – Legislativa

Sub- Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0007 – Administração e Planejamento

Projeto Atividade: 2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo efetuado a prazo, pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES.

2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, com as fazenda Federal, Estadual e Municipal.

3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

4. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 03/2017, cuja realização decorre de autorização do ordenador de despesa, e da Proposta de preços da CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pendências/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto do Rodrigues/RN, 06/01/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

PELA CONTRATANTE

FRANCIMARIA LEONEZ DO NASCIMENTO

CNPJ sob o nº. 19.198.773/0001-52

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 45451CB5

## PRESIDÊNCIA CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.470.825/0001-81, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 98, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues/RN, CEP nº 59.507-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, brasileiro, capaz, residente e domiciliado na Rua Antônio Saraiva (Do osso), 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN. CONTRATADA: J A RIBEIRO SERVIÇOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 70.023.502/0001-13, com sede estabelecida na Est. RN 118, 50 - Alto Alegre - Alto do Rodrigues/RN. CEP: 59.507-000. De acordo com as formalidades constantes da Dispensa de Licitação nº. 05/2017 resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Abertura de Processo de Dispensa Referente à contratação de empresa especializada no fornecimento do serviço de locação de veículo tipo passeio 1.0 flex, capacidade 5 pessoas, km livre atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO à importância mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelos serviços realizados, totalizando a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).



## CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Dispensa de Licitação nº. 05/2017, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e nas demais normas vigentes.

## CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

## CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência do contrato é de 02 (meses).

## CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

1. As despesas com a execução deste contrato serão custeadas com recurso transferido do executivo municipal, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Alto do Rodrigues

Função: 01 – Legislativa

Sub- Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0007 – Administração e Planejamento

Projeto Atividade: 2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo efetuado a prazo, pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES.

2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, com as fazenda Federal, Estadual e Municipal.

3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

4. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

## CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 05/2017, cuja realização decorre de autorização do ordenador de despesa, e da Proposta de preços da CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pendências/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto do Rodrigues/RN, 06/01/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

PELA CONTRATANTE

J A RIBEIRO SERVIÇOS - ME

CNPJ sob o nº. 70.023.502/0001-13

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Publicado por:  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
Código Identificador: 68CF30F5

## PRESIDÊNCIA CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.470.825/0001-81, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 98, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues/RN, CEP nº 59.507-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, brasileiro, capaz, residente e domiciliado a Rua Antônio Saraiva (Do osso), 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN. CONTRATADA: A Z DE ARAUJO NETO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.869.753/0001-30, com sede estabelecida na Av. Ângelo Varela, nº 531, centro, Alto do Rodrigues/RN. De acordo com as formalidades constantes da Dispensa de Licitação nº. 007/2017 resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Abertura de Processo de Dispensa para a contratação de empresa especializada no fornecimento de link de internet de 6 megabyte para atender aos interesses da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO à importância mensal de R\$ 1.750,00 (Hum mil, setecentos e cinquenta reais) pelos serviços realizados, totalizando a importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Dispensa de Licitação nº. 007/2017, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e nas demais normas vigentes.

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O Prazo da Vigência do Contrato é de 2 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditivado conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes a prestação dos serviços caberá a CONTRATANTE, através de servidor designado para esse fim.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

1. As despesas com a execução deste contrato serão custeadas com recurso transferido do executivo municipal, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Alto do Rodrigues

Função: 01 – Legislativa

Sub- Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0007 – Administração e Planejamento

Projeto Atividade: 2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 007/2017, cuja realização decorre de autorização do ordenador de despesa, e da Proposta de preços da CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pendências/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto do Rodrigues/RN, 06/01/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

PELA CONTRATANTE

A Z DE ARAUJO NETO - ME

CNPJ sob o nº. 17.869.753/0001-30.

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Publicado por:  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
Código Identificador: 6F8DC88A

## PRESIDÊNCIA CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.470.825/0001-81, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 98, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues/RN, CEP nº 59.507-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, brasileiro, capaz, residente e domiciliado a Rua Antônio Saraiva (Do osso), 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN. CONTRATADA: KEILLA TAISE LOPES DE MATOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.050.403/0001-21, com sede estabelecida na Rua João Celso Filho, nº 1075, São João, Assú/RN. De acordo com as formalidades constantes da Dispensa de Licitação nº. 008/2017 resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Abertura de Processo de Dispensa para a contratação de empresa especializada no fornecimento de direito de uso e manutenção de software integrado de orçamento e contabilidade pública atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO à importância mensal de R\$ 1.066,10 (Hum mil, sessenta e seis reais e dez centavos) pelos serviços realizados, totalizando a importância de R\$ 2.132,20 (dois mil cento e trinta e dois reais e vinte centavos).

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Dispensa de Licitação nº. 008/2017, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e nas demais normas vigentes.

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O Prazo da Vigência do Contrato é de 2 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditivado conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes a prestação dos serviços caberá a CONTRATANTE, através de servidor designado para esse fim.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

1. As despesas com a execução deste contrato serão custeadas com recurso transferido do executivo municipal, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Alto do Rodrigues

Função: 01 – Legislativa

Sub- Função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0007 – Administração e Planejamento

Projeto Atividade: 2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 008/2017, cuja realização decorre de autorização do ordenador de despesa, e da Proposta de preços da CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pendências/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto do Rodrigues/RN, 07/01/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

PELA CONTRATANTE

KEILLA TAISE LOPES DE MATOS - ME

CNPJ sob o nº. 06.050.403/0001-21.

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 743D3809

## PRESIDÊNCIA CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.470.825/0001-81, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 98, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues /RN, CEP nº 59.507-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, brasileiro, capaz, residente e domiciliado a Rua Antônio Saraiva (Do osso), 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN, CONTRATADA: M E DA CUNHA RIBEIRO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.403.207/0001-68, com sede estabelecida na Rua José dos Santos, nº 263, centro, Alto do Rodrigues/RN. De acordo com as formalidades constantes da Dispensa de Licitação nº. 009/2017 resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Abertura de Processo de Dispensa para a contratação de serviços de manutenção de computadores, servidores e rede local (LAN) para interesse da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO à importância mensal de R\$ 1.550,00 (Hum mil, quinhentos e cinquenta reais) pelos serviços realizados, totalizando a importância de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Dispensa de Licitação nº. 009/2017, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e nas demais normas vigentes.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O Prazo da Vigência do Contrato é de 2 (dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditivado conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA QUINTA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes à prestação dos serviços caberá a CONTRATANTE, através de servidor designado para esse fim.

### CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

1. As despesas com a execução deste contrato serão custeadas com recurso transferido do executivo municipal, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Alto do Rodrigues

Função: 01 - Legislativa

Sub- Função: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0007 - Administração e Planejamento

Projeto Atividade: 2001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 009/2017, cuja

realização decorre de autorização do ordenador de despesa, e da Proposta de preços da CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pendências/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto do Rodrigues/RN, 07/01/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

PELA CONTRATANTE

M E DA CUNHA RIBEIRO - ME

CNPJ sob o nº. 04.403.207/0001-68.

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 67AF1E24

## PRESIDÊNCIA CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.470.825/0001-81, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 98, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues /RN, CEP nº 59.507-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, brasileiro, capaz, residente e domiciliado a Rua Antônio Saraiva (Do osso), 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN, CONTRATADA: JEFTE DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.092.528/0001-02, com sede estabelecida na Av. Angelo Varela, nº 267 A, centro, Alto do Rodrigues/RN. De acordo com as formalidades constantes da Dispensa de Licitação nº. 10/2017 resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. 8.666/93 (com suas alterações) e demais normas aplicáveis à espécie, quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Abertura de Processo de Dispensa para a contratação de serviços de gravação em áudio e vídeo: trabalhos fotográficos das sessões extraordinárias realizadas no período do recesso legislativo do interesse da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO à importância de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) pelos serviços realizados.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da Dispensa de Licitação nº. 10/2017, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e nas demais normas vigentes.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O Prazo da Vigência do Contrato é de 1 (um) mês, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditivado conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA QUINTA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes à prestação dos serviços caberá a CONTRATANTE, através de servidor designado para esse fim.

### CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

1. As despesas com a execução deste contrato serão custeadas com recurso transferido do executivo municipal, através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Poder Legislativo

Unidade: 001 - Câmara Municipal de Alto do Rodrigues

Função: 01 - Legislativa

Sub- Função: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0007 - Administração e Planejamento

Projeto Atividade: 2001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos da Dispensa de Licitação nº 10/2017, cuja realização decorre de autorização do ordenador de despesa, e da Proposta de preços da CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Pendências/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto do Rodrigues/RN, 07/01/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Nixon da Silva Baracho

Presidente da Câmara Municipal de Alto do Rodrigues/RN.

PELA CONTRATANTE

JEFTE DA SILVA - ME

CNPJ sob o nº. 09.092.528/0001-02.

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 582739DA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE APODI

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE APODI, PROMULGADA EM 5 DE ABRIL DE 1990, COM AS ALTERAÇÕES ADOTADAS PELAS EMENDAS ORGÂNICAS N.ºS 001/1996 A 031/2016

LEGISLATURA 2017/2020

Mesa Diretora - Biênio 2017/2018

Vereador Genivan Aires da Costa - PRESIDENTE - PCdoB

Vereador Charton Heston Rêgo Noronha - VICE-PRESIDENTE - PTdoB

Vereador Raimundo Nonato Carlos Júnior - 1º SECRETÁRIO - PSB

Vereadora Maria Soneth da Silva Ferreira Gomes - 2ª SECRETÁRIA - PP

Antônio Ângelo de Sousa Suassuna - VEREADOR - SD

Antonio de Souza Maia Júnior - VEREADOR - PMDB

Francisco Antonio Gama - VEREADOR - PTdoB

Francisco de França Pinheiro - VEREADOR - PCdoB

João Evangelista de Menezes Filho - VEREADOR - PR

João Francisco da Costa Neto - VEREADOR - PSDC

José Andreaz Pereira Alves - VEREADOR - PSDB

José Gilvan Alves - VEREADOR - PTdoB

Paulo Luciano Ferreira Gomes - VEREADOR - PSD

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE APODI

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Disposições Preliminares

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO III - DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I - Disposições Gerais

SESSÃO II - Dos Vereadores

SEÇÃO III - Das Atribuições da Câmara Municipal

SEÇÃO IV - Das Comissões

SEÇÃO V - Das Leis e dos Processos Legislativos

CAPÍTULO IV - DO PODER EXECUTIVO



## SEÇÃO I - Do Prefeito e do Vice-Prefeito

SEÇÃO II - Das atribuições do Prefeito - SEÇÃO III - Da responsabilidade do Prefeito SEÇÃO IV - Dos Secretários do Município ou Diretores Equivalentes

## CAPÍTULO V - DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

## CAPÍTULO VI - DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

## CAPÍTULO VII - DA GUARDA MUNICIPAL

## CAPÍTULO VIII - DOS ORÇAMENTOS

## CAPÍTULO IX - DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

## CAPÍTULO IX - DA POLÍTICA AGRÁRIA, AGRÍCOLA E DE ABASTECIMENTO

## TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

## LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE APODI

## CAPÍTULO I

## DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### Disposições Preliminares

Art. 1º - O Município de Apodi é uma das unidades do Território do Estado do Rio Grande do Norte com autonomia política administrativa e financeira, regendo-se por esta LEI ORGÂNICA e pelas demais que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - É vedada a delegação de atribuições entre os Poderes.

§ 2º - O cidadão investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

§ 3º - É mantido o atual território do Município, cujos limites só podem ser alterados nos termos da Legislação Estadual.

Art. 4º - São símbolos do Município o Brasil, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 5º - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

## CAPÍTULO II

## DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 6º - Compete ao Município:

1. organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual;
2. decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;
3. administrar seus bens, adquiri-los e alienar-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação;
4. desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei;
5. conceder e permitir os serviços públicos locais e os que lhe sejam concernentes;
6. Organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;
7. elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamentos, de zoneamento, bem como diretrizes urbanísticas convenientes a ordenação de seu território;
8. estabelecer normas de prevenção e controle de ruído, da poluição do meio ambiente;
9. conceder e permitir os serviços de transporte coletivos, táxis e outros, fixando suas tarifas, itinerários, pontos de estacionamento e paradas;
10. regulamentar a utilização dos logradouros públicos e sinalizar as faixas de rolamento e zonas de silêncio.
11. disciplinar os serviços de carga e descarga e a fixação de tonelagem máxima permitida;
12. estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;
13. disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, a remoção do lixo domiciliar e dispor sobre a prevenção de incêndio;
14. licenciar estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviço e outros, cassar alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, à higiene, ao bem estar público e aos bons costumes;
15. fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestadores de serviços e outros; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 006/1997)
16. legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencerem a entidades particulares;
17. interditar edificações em ruínas ou condições de insalubridade e fazer demolir construções que ameacem a segurança coletiva;
18. regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicação e propagandas;
19. regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos;
20. legislar sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressões de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bem apreendidos;
21. legislar sobre serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz e energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;
22. criar, organizar e suprimir distritos, observada lei complementar municipal.

Art. 7º - O município pode celebrar convênios com a união, o

Estado e Municípios, para a execução de suas leis, serviços e decisões, bem como para executar encargos dessas esferas.

§ 1º - Os convênios podem visar à realização de obras ou à exploração de serviços públicos de interesse comum;

§ 2º - Pode, ainda, o Município, através de convênio ou consórcios com os municípios da mesma comunidade sócio-econômica, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos ser aprovados por leis dos Municípios que deles participem.

§ 3º - É permitido delegar, entre o Estado e o Município, também por convênio, os serviços de competência concorrente, assegurados os recursos necessários.

§ 4º - O município poderá celebrar convênio com entidades privadas mediante autorização da Câmara Municipal, para execução de serviços específicos de interesse comum. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 006/1997)

Art. 8º - Compete, ainda, ao Município, concorrentemente com a União ou o Estado, ou supletivamente a eles:

1. zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência públicas;
2. promover o ensino, a educação e a cultura;
3. estimular o melhor aproveitamento da terra, bem como as defesas contra as formas de exaustão do solo;
4. abrir e conservar estradas e caminhos e determinar a execução de serviços públicos;
5. promover a defesa sanitária vegetal e animal, a extinção de insetos e animais daninhos;
6. proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
7. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de artes e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
8. Amparar a maternidade, infância e os desvalidos, coordenando e orientando os serviços no âmbito do município;
9. estimular a educação e a prática desportiva;
10. proteger a juventude contra toda a exploração, bem como contra os fatores que possam conduzi-la ao abandono físico, moral e intelectual;
11. tomar as medidas necessárias para restringir a mortalidade e a morbidez infantil, bem como medidas que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;
12. Incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;
13. fiscalizar a produção, a conservação, o comércio e o transporte dos gêneros alimentícios, destinados ao abastecimento público;
14. regulamentar e exercer outras atribuições não vedadas pelas Constituições Federal e Estadual;

Art. 9º - São tributos da competência municipal:

1. Imposto sobre:
1. propriedade predial e territorial urbana;
2. transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição;
3. venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;
4. serviços de qualquer natureza, exceto os de competência estadual definidos em lei complementar federal.
  1. taxas
  2. contribuições de melhoria.
  3. contribuição para o custeio de iluminação pública. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

Parágrafo único - Na cobrança dos impostos mencionados no item I, aplicam-se as regras constantes do art. 156, §§ 2º. E 3º da Constituição Federal.

Art. 10 - Pertence ainda ao município a participação no produto da arrecadação dos impostos da União e do Estado, prevista na Constituição Federal, e outros recursos que lhe sejam conferidos.

Art. 11 - Todas as Receitas com ingresso no Tesouro Público Municipal serão discriminadas por rubricas nominativas que identifiquem impostos, taxas, contribuições, multas, correção monetária e demais tributações legais.

Art. 12 - A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

1. cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;
2. lançamento dos tributos;
3. fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;
4. inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para judicial.

Art. 13 - Caberá ao Prefeito, a requerimento do contribuinte, decidir sobre as reclamações relativas a lançamentos de tributos municipais. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

§ Único - O Prefeito só poderá manifestar-se sobre o requerimento de que trata a caput deste artigo, após tomar conhecimento do parecer jurídico emitido pelo órgão competente. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

Art. 14 - O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a

atualização da base de cálculo dos tributos municipais.

§ 1º - A base de cálculo do imposto predial e territorial urbano - IPTU, será atualizado anualmente, antes do término do exercício, podendo para tanto ser criada comissão da qual participarão, além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo com decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º - O imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza será regulamentado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

§ 3º - A atualização da base de cálculo de taxas decorrentes do exercício do poder de polícia será atualizada de acordo com os índices de atualização monetária, por ato do Poder Executivo, respeitado o princípio da anualidade. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

Art. 15 - É vedado ao município fazer concessões de isenção de qualquer natureza, ou de anistia de tributos municipais, salvo nos casos excepcionais e nos termos desta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

Art. 16 - A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer no caso de calamidade pública, mediante lei específica aprovada por dois terços dos membros da Câmara. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

Art. 17 - A concessão de incentivo à qualquer pessoa ou instituição, só poderá ser dada mediante lei específica aprovada por maioria absoluta da Câmara Municipal. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 020/2005)

Art. 18 - É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza decorrentes de infrações à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 19 - Ocorrendo a decadência de direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrança, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ Único - A autoridade municipal, qualquer que seja o seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

Art. 20 - Ao Município é vedado:

1. permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de auto-falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade para propaganda político partidária ou fins estranhos à administração;
2. contrair empréstimos externo sem prévia autorização do Senado Federal;
3. estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o exercício ou manter com elas ou seus representantes relação de dependência ou aliança;
4. instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça.

## CAPÍTULO III

## DO PODER LEGISLATIVO

## SEÇÃO I

### Disposições Gerais

Art. 21 - O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores, eleitos pelo sistema proporcional como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§ 1º - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

§ 2º - São condições de elegibilidade para o mandato de vereador, na forma da lei federal:

1. A nacionalidade brasileira;
2. O pleno exercício dos direitos políticos;
3. O alistamento eleitoral;

### IV. O domicílio eleitoral na circunscrição;

1. A filiação partidária;
2. A idade mínima de 18 anos; e
3. Ser alfabetizado.

§ 3º - O número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do município e observados os limites estabelecidos no art 29, IV, da Constituição Federal.

Art. 22 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do município, de 15 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, transferidas para o dia útil imediato às sessões quando recaírem esses dias em sábado, domingo ou feriado. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 025/2009)

Parágrafo Único - Durante a sessão legislativa ordinária, a Câmara funcionará uma vez por semana.

Art. 23 - A Câmara Municipal depois de empossado os Vereadores, reunir-se-á para dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, independente de número. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 004/1996)

§ 1º - A eleição da Mesa e das comissões para o segundo biênio realizar-se-á em qualquer data do período ordinário do segundo ano de cada legislatura, sendo os eleitos, empossados automaticamente a partir de 1º de janeiro do terceiro ano da legislatura. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 015/2002)

§ 2º - A posse ocorrerá em sessão solene que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 3º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro de 15 (quinze) dias do início do funcionamento da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 4º - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 024/2009)

§ 5º - Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a mesa. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 024/2009)

§ 6º - No ato da posse e ao término do mandato, os vereadores deverão fazer declarações de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando as respectivas atas e seu resumo.

Art. 24 - A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do primeiro Secretário e segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

Parágrafo Único - Na ausência dos membros da mesa o Vereador mais idoso assumirá a presidência.

Art. 25 - O mandato do Presidente da Mesa Diretora será de dois anos, sem direito a reeleição. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 031/2016)

Art. 26 - A convocação extraordinária da Câmara cabe ao seu Presidente, a um terço de seus membros, ou ao Prefeito.

§ 1º - Nas sessões extraordinárias a Câmara somente pode deliberar sobre a matéria da convocação;

§ 2º - Para as reuniões extraordinárias a convocação dos vereadores será pessoal.

Art. 27 - Na composição da mesa e das comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

Art. 28 - A Câmara Municipal funciona com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno.

§ 1º - Quando se tratar da cotação do Plano Diretor, do orçamento, alienação, empréstimo, auxílio a empréstimo, concessão de privilégios e matéria que verse interesse particular, além de outros referidos por esta lei e pelo regimento interno, o número mínimo prescrito é dois terços de seus membros, e as deliberações são tomadas pelo voto da maioria absoluta.

§ 2º - O Presidente da Câmara vota somente quando houver empate, quando a matéria exigir presença de dois terços e nas votações secretas.

Art. 29 - As sessões da Câmara são públicas, e o voto é aberto.

Parágrafo Único - O voto é secreto somente nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 30 - A prestação de contas do município, referente à gestão financeira de cada exercício, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, a Câmara Municipal, ao Governo do Estado e ao da União. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 017/2005)

§ Único - As contas do Município ficarão à disposição de qualquer contribuinte, a partir da data da remessa das mesmas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 31 - Anualmente, dentro de 60 (sessenta) dias do início da sessão legislativa, a Câmara receberá em sessão especial, o Prefeito, que informará, através de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais.

Parágrafo Único - Sempre que o prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público, a Câmara o receberá em sessão previamente designada.

Art. 32 - A Câmara Municipal ou suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, pode convocar Secretários Municipais, ou Diretores equivalentes, titulares de autarquias ou do que participe o Município, para comparecerem perante elas a fim de prestar informações sobre assunto previamente designado e constante da convocação.

§ 1º - 03 (três) dias úteis antes do comparecimento deverá ser enviado à Câmara exposição em torno das informações solicitadas.

§ 2º - Independentemente de convocação, quando o Secretário ou Diretor equivalente desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativa a qualquer Comissão, esta designará dia e hora para ouvi-lo.

Art. 33 - A Câmara pode criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado, nos termos do Regimento Interno, a requerimento de, no mínimo um terço de seus membros.

## SESSÃO II

### Dos Vereadores

Art. 34 - Os Vereadores, eleitos na forma da lei, gozam de garantias que a mesma lhe assegura, pelas suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato.

Art. 35 - É vedado ao Vereador:

I. Desde a expedição do Diploma. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

a - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

b - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum" nas entidades constantes da alínea anterior. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

II. Desde a posse. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

a - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exerça função remunerada; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

b - ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, a; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

c - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

d - ser titular de mais de um cargo ou de mandato eletivo. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 018/2005)

Art. 36 - Sujeita-se a perda do mandato o Vereador que:

1. infringir qualquer das disposições estabelecidas no artigo anterior;
2. utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;
3. proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decore na sua conduta pública;
4. faltar 05 (cinco) sessões ordinárias e consecutivas e/ou 03 (três) extraordinárias, por sessão legislativa;
5. fixar domicílio eleitoral fora do município;
6. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º - É objeto de disposições regimentais o rito a ser seguido nos casos deste artigo, respeitada a legislação Estadual e Federal.

Art. 37 - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, ou Diretor equivalente, não perde o mandato, desde que se afaste do exercício da vereança.

Parágrafo Único - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal poderá optar pelo subsídio do mandato. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 017/2005)

Art. 38 - Nos casos do artigo anterior e nos de licença, legítimo impedimento e vaga por morte ou renúncia o Vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da Lei.

Parágrafo único - O legítimo impedimento, deve ser reconhecido pela própria Câmara e o Vereador declarado impedido será considerado como em pleno exercício de seu mandato, sem direito a remuneração, com a convocação do suplente.

Art. 39 - Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos secretários, ou diretores equivalentes será fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, em espécie, observado o que dispõe os artigos 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III e 153, § 2º I, da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

Parágrafo único - Os subsídios dos Vereadores membros da Mesa são, fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os deputados estaduais, desde que não ultrapasse cinco por cento da receita, observado o que dispõe os artigos 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

Art. 40 - O Vereador poderá licenciar-se:

1. por motivo de doença;
2. para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;
3. para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a Câmara poderá determinar o pagamento no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença ou de auxílio especial.

§ 2º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 3º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Art. 41 - O servidor público eleito vereador deve optar entre a remuneração do respectivo cargo e da vereança se não houver compatibilidade de horários.

Parágrafo Único - Havendo compatibilidade de horários, perceberá a remuneração do cargo e a inerente ao mandato à vereança.

## SEÇÃO III

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 42 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do

Prefeito:

1. legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições da União e do Estado, e por esta Lei Orgânica;
2. votar:
  1. o plano plurianual;
  2. as diretrizes orçamentárias;
  3. os orçamentos anuais;
  4. as metas prioritárias;
  5. o plano de auxílio e subvenções.
    1. decretar leis;
    2. legislar sobre tributos de competência Municipal;
    3. legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções do Município, bem com fixar e alterar vencimentos e outras vantagens pecuniárias;
    4. votar leis que disponham sobre a alienação e aquisição de bens imóveis;
    5. legislar sobre a concessão de serviços públicos do Município;
    6. legislar sobre a concessão e permissão de uso de próprios Municipais;
    7. dispor sobre a divisão territorial do Município, respeitada a legislação federal e estadual;
    8. criar, alterar, reformar ou extinguir órgãos públicos do Município;
    9. deliberar sobre empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de seu pagamento;
    10. transferir, temporária ou definitivamente, a sede do Município, quando o interesse público o exigir;
    11. cancelar, nos termos de lei, a dívida ativa do Município, autorizar a suspensão de sua cobrança e a relevação de ônus e juros.

Art. 43 - É de competência exclusiva da Câmara Municipal;

1. eleger sua Mesa, elaborar seu regimento interno e dispor sua organização política;
2. propor a criação e extinção dos cargos de seu quadro de pessoal e serviços, dispor sobre o provimento dos mesmos, bem como fixar e alterar seus vencimentos e outras vantagens;
3. emendar a Lei Orgânica ou reforma-la;
4. representar, pela maioria de seus membros, para efeito de intervenção no município;
5. autorizar convênios e contratos do interesse municipal;
6. exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e julgar as contas do Prefeito;
7. sustar atos do Poder Executivo que exorbitem da sua competência, ou se mostrem contrários ao interesse público;
8. Fixar, os subsídios, em espécie, de seus membros, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos secretários ou diretores equivalentes. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/98)
9. autorizar o Prefeito a afastar-se do município por mais de dez dias ou do Estado por mais de cinco dias;
10. convocar qualquer Secretário ou Diretor equivalente, titular de autarquia ou de instituição de que participe o município, para prestar informações;
11. mudar, temporária ou definitivamente, a sua sede;
12. solicitar informações por escrito ao Executivo;
13. dar posse ao Prefeito, bem como declarar extinto o seu mandato nos casos previstos em Lei;
14. conceder licença ao Prefeito;
15. suspender a execução, no todo ou em parte de qualquer ato, resolução ou regulamento municipal, que haja sido, pelo Poder Judiciário, declarado infringente à Constituição, à Lei Orgânica ou as Leis;
16. criar Comissão Parlamentar de Inquérito;
17. propor ao Prefeito a execução de qualquer obra ou medida que interesse à coletividade ou ao serviço público;
18. a Câmara Municipal fixará o número de vereadores do Município, de uma legislatura para outra, observados os parâmetros estabelecidos pelo artigo 29 da Constituição Federal. Lei complementar estabelecerá os procedimentos de fixação do número de vereadores. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 026/2011)

§ 1º - Revogado (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 026/2011).

1. destituir o cargo o Prefeito, após condenação por crime comum ou de responsabilidade.
1. A remuneração dos servidores e o subsídio de que trata o artigo 39, § único, inciso VIII, do artigo 43, somente poderão ser fixados ou alterado por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

§ 2º - A mesa da Câmara dos Vereadores poderá encaminhar, por escritos, pedidos de informações aos secretários do município ou diretores, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 005/1997)

## SEÇÃO IV

### Das Comissões

Art. 44 - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.



§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:

1. discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Câmara;
2. realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
3. convocar Secretários municipais ou Diretores equivalentes para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
4. receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
5. solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
6. apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;
7. acompanhar junto a Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

Art. 45 – As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, par apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 46 – Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único – O presidente da Câmara enviará o pedido ao presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o requerente pronunciar-se sobre o projeto. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 028/2011);

## SEÇÃO V

Das Leis e dos Processos Legislativos

Art. 47 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

1. Emendas a Lei Orgânica;
2. Leis complementares;
3. Leis ordinárias;
4. Leis delegadas;
5. Revogado (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 028/2011);
6. Resoluções. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 019/2005)

Art. 48 – São, ainda, entre outras, objeto de deliberação da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno:

1. autorizações;
2. indicações;
3. requerimentos.

Art. 49 – A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

1. de Vereadores;
2. do Prefeito;
3. dos eleitores do município.

§ 1º - No caso do item I, a proposta deverá ser subscrita, no mínimo por um terço dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - No caso do item III, a proposta deverá ser subscrita no mínimo, por cinco por cento dos eleitores do Município.

Art. 50 – em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar de sua apresentação ou recebimento, e ter-se-á por aprovada quando obtiver em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Art. 51 – A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

Art. 52 – A iniciativa das Leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito ou ao eleitorado, que a exercerá em forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do eleitorado do município.

Art. 53 – No início ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa exclusiva do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara Municipal que aprecie no prazo de quarenta e cinco dias a contar do pedido.

§ 1º - Se a Câmara Municipal não se manifestar, sobre o projeto, no prazo estabelecido no caput deste artigo, será este incluído na ordem do dia sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos para que se ultime a votação.

§ 2º - Os prazos deste artigo e seus parágrafos não correram nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 54 – A requerimento de Vereador, e os Projetos de Lei, decorridos trinta dias de recebimento, serão incluídos na Ordem do dia mesmo sem parecer.

Parágrafo Único – O Projeto somente pode ser retirado da ordem do dia a requerimento do autor, aprovado pelo plenário.

Art. 55 – O Projeto de Lei com parecer contrário de todas as comissões é tido como rejeitado.

Art. 56 – A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado ou não sancionado, assim como a de proposta de emenda à Lei Orgânica, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto do novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 57 – Os projetos de Lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito que, aquiescendo, os sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o recebeu, comunicando os motivos do veto ao Presidente da Câmara, dentro de 48 horas;

§ 2º - Vetado o projeto e devolvido a Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento, com ou sem parecer, à discussão única, considerando-se aprovado se, em votação secreta, obtiver o voto favorável da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito, para promulgação.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 4º - O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro, importa em sanção, cabendo ao Presidente da Câmara promulgar-lo.

§ 5º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo segundo (2º), o veto será apreciado na forma do § 1º do art. 50.

§ 6º - Não sendo a lei promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 4º deste artigo, o Presidente da Câmara a promulgará em igual prazo.

Art. 58 – Nos casos do art. 44, incisos VI e VII, considerar-se-á com a votação da redação final, encerrada a elaboração do Decreto ou Resolução, cabendo ao Presidente da Câmara a sua promulgação.

Art. 59 – O Código de Obras, o Código de Postura, o Código Tributário, o Plano Diretor, o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, e suas alterações decorrentes de emendas dependem da maioria absoluta para serem aprovadas. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 019/2005)

§ - 1º - Os projetos de que trata o caput deste artigo, antes de serem submetidos à discussão nas comissões, estas poderão receber sugestões de emendas de entidades da sociedade civil organizada. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 019/2005)

§ - 2º - Os projetos a que se refere o parágrafo anterior, enquanto estiverem tramitando nas comissões, estas poderão receber sugestões de emendas de entidades da sociedade civil organizada. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 019/2005)

Art. 60 – É vedado ao Prefeito, sob qualquer hipótese, baixar medida provisória. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 019/2005)

Parágrafo Único – A inobservância do disposto no caput deste artigo constitui-se atentado contra preceito orgânico, pelo qual o Prefeito será responsável na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 019/2005)

## CAPÍTULO IV

### DO PODER EXECUTIVO

#### SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 61 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários do Município ou Diretores equivalentes.

Art. 62 – O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para mandato de quatro (4) anos, devendo a eleição realizar-se até noventa (90) dias antes do término do mandato daqueles a que suceder, aplicadas as regras do art. 29, II, da Constituição Federal.

Art. 63 – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene de instalação da Câmara Municipal, após a posse dos Vereadores, e prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir, a Constituição Federal, Estadual e esta Lei Orgânica, observar as leis e administrar o Município, visando ao bem geral dos Municípios.

Parágrafo Único – Se o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tomar posse decorridos 10 (dez) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, será declarado vago o cargo.

Art. 64 – O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos e ausências e suceder-lhe-á no caso de vaga.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento do Prefeito ou do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da Chefia do Executivo Municipal o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 65 – Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa (90) dias depois de aberta a última vaga.

Parágrafo Único – Ocorrendo a vacância após 3/4 (três quartos) do mandato do Prefeito, a eleição para ambos os cargos será feita trinta (30) dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal de Vereadores.

#### SEÇÃO II

Das atribuições do Prefeito

Art. 66 – Compete previamente ao Prefeito:

1. representar o Município em juízo e fora dele;
2. nomear e exonerar os secretários municipais ou diretores equivalentes, os diretores de autarquias e departamentos, além de titulares de instituições de que participem o Município na forma da lei;
3. iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta lei;
4. sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem

como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

5. vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
6. dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
7. declarar a utilidade ou necessidade pública, ou o interesse social, de bens para fins de desapropriação ou servidão administrativa;
8. expedir atos próprios de sua atividade administrativa;
9. contratar a prestação de serviços e obras, observado o processo de licitação;
10. planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;
11. prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
12. enviar ao Poder Legislativo o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Lei;
13. prestar, anualmente, ao Poder Legislativo, dentro de sessenta dias, após a abertura do ano legislativo, as contas referentes ao exercício anterior e remete-las, em igual prazo, ao Tribunal de Contas do Estado;
14. prestar à Câmara Municipal, dentro de 20 (vinte) dias corridos, a partir da data de recebimento do comunicado, as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita à fiscalização do Poder Legislativo; (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 025-B/2010);
15. colocar à disposição da Câmara Municipal dentro de 10 (dez) dias de sua requisição as quantias que devem ser despendidas, de uma só vez, e, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;
16. resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos em matéria de competência do Executivo Municipal;
17. oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos;
18. aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbano;
19. solicitar ao auxílio da polícia do Estado para a garantia de cumprimento de seus atos;
20. revogar atos administrativos por razões de interesse público e anula-los por vício de legalidade, observado o devido processo legal;
21. administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e arrecadação de tributos;
22. providenciar sobre o ensino público;
23. propor ao Poder Legislativo o arrendamento, o aforamento ou a alienação de próprios municipais, bem como a aquisição de outros;
24. propor a divisão administrativa do município de acordo com a lei;
25. apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;
26. organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;
27. conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara Municipal;
28. adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio Municipal;
29. publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 67 – O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe são próprias, poderá exercer outras estabelecidas em lei.

#### SEÇÃO III

Da responsabilidade do Prefeito

Art. 68 – Importam responsabilidade os atos do Prefeito ou do Vice-Prefeito que atentem contra a Constituição Federal e Constituição Estadual e, especialmente:

1. o livre exercício dos poderes constituídos;
2. o exercício dos direitos individuais, políticos e sociais;
3. a probidade da administração;
4. a Lei Orçamentária;
5. o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único – O processo e julgamento do Prefeito e do Vice-Prefeito, obedecerão, no que couber, ao disposto no art. 86 da Constituição Federal.

#### SEÇÃO IV

Dos Secretários do Município ou Diretores Equivalentes

Art. 69 – Os secretários do Município ou Diretores equivalentes, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, são escolhidos dentre brasileiros, maiores de 21 anos, no gozo dos direitos políticos, e estão sujeitos, desde à posse, às mesmas incompatibilidade e proibições estabelecidas para os Vereadores, no que couber.

Art. 70 – Além das atribuições fixadas em Lei Ordinária, compete aos secretários do Município ou diretores equivalentes:

1. orientar, coordenar e executar as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência;
2. referendar os atos e decretos do Prefeito e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas Secretarias ou órgãos equivalentes;
3. apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas Secretarias ou órgãos equivalentes até 1º de março de cada ano;
4. comparecer a Câmara Municipal nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
5. praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito;

6. fazer declarações de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.

Parágrafo Único – Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos serão subscritos pelo Secretário de Administração ou Diretor Equivalente.

Art. 71 – Aplica-se aos titulares de autarquias e de instituições de que participe, o disposto nesta Seção, no que couber.

## CAPÍTULO V

### DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 72 – São servidores do Município todos quantos percebam remuneração pelos cofres municipais.

Art. 73 – O Quadro de servidores pode ser constituído de classes, carreiras funcionais ou de cargos isolados, classificados dentro de um sistema ou, ainda, dessas formas conjugadas, de acordo com a lei.

Parágrafo Único – O sistema de promoções obedecerá, alternadamente, ao critério de antiguidade e merecimento, este avaliado objetivamente.

Art. 74 – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei.

Parágrafo Único – A investidura em cargo ou emprego público, bem como nas instituições de que participe o Município, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas de títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

Art. 75 – São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

§ 1º – É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do artigo 41 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

§ 2º – Consideram-se servidores não estáveis, para fins do art. 169, § 3º, II, da Constituição Federal aqueles admitidos na administração direta, autarquias e fundacional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

Art. 76 – Os servidores estáveis só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

1. em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)
2. mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)
3. mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei complementar, assegurada ampla defesa. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

Parágrafo Único – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitando em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

Art. 77 – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998).

Art. 78 – O tempo de serviço público federal, estadual ou de outros municípios é computado integralmente para efeitos de aposentadoria para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 79 – Ao servidor em exercício de mandato aplicam-se as seguintes disposições:

1. tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
2. investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
3. investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
4. em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
5. para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 80 – A Lei Municipal definirá os direitos dos servidores do município e acréscimos pecuniários por tempo de serviço, assegurada a licença-prêmio por decênio.

Art. 81 – É vedada:

1. a remuneração dos cargos, de atribuições iguais ou semelhantes, do Poder Legislativo, superior a dos cargos do Poder Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual à natureza e ao local de trabalho;
2. a vinculação ou equiparação, de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do Município;
3. a participação de servidores no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa;

4. a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário:

1. a de dois cargos de professor;
2. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
3. a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º – A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias e outras instituições de que faça parte o município. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998).

§ 2º – O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e secretários do Município serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 014/1998)

Art. 82 – O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º – A assegurará aos servidores da administração direta, autarquias e das fundações públicas, isonomia de vencimentos e salários para cargos ou empregos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º – Os vencimentos dos servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, são pagos até o último dia de cada mês, corrigindo-se monetariamente os seus valores se o pagamento se der além desse prazo.

§ 3º – Aplica-se aos servidores do Município o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXV, XXX e XXXI, da Constituição Federal.

Art. 83 – O servidor é aposentado:

1. por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;
2. compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
3. voluntariamente:
  1. aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
  2. aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
  3. aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
  4. aos setenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º – A Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º – A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º – O tempo de serviço Público Federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos de servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 84 – O Município responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo obrigatório o uso de ação regressiva contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, na forma da Constituição Federal.

Art. 85 – É vedada a quantos prestem serviços ao Município, atividades político-partidárias nas horas e locais de trabalho.

Art. 86 – É garantido ao servidor público Municipal o direito à livre associação sindical.

## CAPÍTULO VI

### DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 87 – Os Conselhos Municipais são órgãos do município que tem finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria de sua competência.

Art. 88 – Lei Complementar regulamentará as atribuições de cada conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titular e suplente e prazo de duração do mandato.

Art. 89 – Os Conselhos Municipais são compostos por um número ímpar de membros, observando, quanto for o caso, a representatividade da administração, das entidades públicas, clássicas e da Sociedade Civil organizada.

## CAPÍTULO VII

### DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 90 – A Guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização e funcionamento na forma da Lei Complementar.

## CAPÍTULO VIII

### DOS ORÇAMENTOS

Art. 91 – Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

1. O plano plurianual;
2. As diretrizes orçamentárias;
3. Os orçamentos anuais.

§ 1º – A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º – A Lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na Legislação Tributária.

§ 3º – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária.

§ 4º – Os planos e programas serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 5º – A Lei orçamentária anual compreenderá:

1. o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal;
2. o orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
3. o orçamento da seguridade social;

§ 6º – o projeto da lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira ou tributária.

§ 7º – A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 013/1997)

§ 8º – A abertura de créditos suplementares prevista no parágrafo anterior não poderá exceder 10% (dez por cento) da receita orçada. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 029/2013)

Art. 91-A – As Emendas Parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, aprovadas pela Câmara Municipal, serão no limite global de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 030/2016)

§ 1º – É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica e impositiva, da programação incluída em Lei Orçamentária por Emendas Parlamentares, em montante correspondente a 02% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 030/2016)

§ 2º – As Emendas Parlamentares serão divulgadas em audiências públicas. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 030/2016)

§ 3º – Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o montante previsto no § 1º deste artigo, poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 030/2016)

§ 4º – Para fins do disposto no § 1º deste artigo, a execução da programação será:

I – demonstradas em relatório; e

II – fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 030/2016)

§ 5º – Considera-se obrigatória, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências constitucionais para execução de programação prevista no § 1º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Orgânica nº 030/2016)

Art. 92 – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 93 – São vedados:

1. o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
2. a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
3. a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidades precisas, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
4. a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a



- prestação de garantias as operações de crédito por antecipação de receita;
- abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização Legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
  - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
  - a concessão ou autorização de créditos ilimitados;
  - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do município para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas ou qualquer entidade de que o município participe;
  - a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se ato de autorização for promulgado nos últimos 04 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitido para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidades públicas;

Art. 94 - A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 028/2011)

Art. 95 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 028/2011)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houve autorização específica na Lei de Diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia vista.

Art. 96 - As despesas com publicidades dos poderes do município deverão ser objeto de dotação orçamentária específica.

Art. 97 - Os projetos de lei sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo nos seguintes prazos:

- O Projeto de Lei do Plano Plurianual, até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Prefeito; (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 016/2005)
- O Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, anualmente, até 30 de abril. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 025-A/2010);
- Os projetos de lei dos orçamentos anuais, até 30 de setembro de cada ano.

Art. 98 - Os Projetos de Leis de que trata os incisos I e II, do artigo anterior, após apreciação e votação, pelo Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos: (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 002/1996)

- O projeto de Lei Plurianual até o final do segundo período da primeira sessão legislativa; (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 025/2009)
- O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias até o final do primeiro período da sessão legislativa de cada ano. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 025-A/2010)

Parágrafo Único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não votar o projeto de lei de orçamento anual. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 002/1996)

Art. 99 - Se o Prefeito não enviar à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentário Anual, no prazo legal, será considerado como proposta a Lei de Orçamento vigente. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 001/96)

Parágrafo Único - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentário anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização da Câmara Municipal. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 001/96)

## CAPÍTULO IX

### Da Ordem Econômica e Social

Art. 100 - Na organização de sua economia, em cumprimento do que estabelece a Constituição Federal e a Constituição Estadual, o município zelará pela:

- promoção do bem-estar do homem com o fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico;
- valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção, com defesa dos interesses do povo;
- democratização do acesso à propriedade dos meios de produção;
- planejamento do desenvolvimento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
- integração e descentralização das ações públicas setoriais;

- proteção da natureza e ordenação territorial;
- condenação dos atos de exploração do homem pelo homem e exploração predatória da natureza, considerando-se juridicamente ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho individual ou social auferido com base neles;
- integração das ações do Município com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, a educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde à habitação e à assistência social;
- estímulo a participação da comunidade através de organizações representativas dela;
- preferência aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais.

Art. 101 - A intervenção do Município no domínio econômico dar-se-á por meios previstos em Lei para orientar e estimular a produção, corrigir distorções de atividade econômica e prevenir abusos do poder econômico.

Parágrafo Único - No caso de ameaça ou efetiva paralisação de serviço ou atividade essencial por decisão patronal, pode o Município intervir, tendo em vista o direito da população aos serviços ou atividades, respeitada a legislação Federal e Estadual e os direitos dos trabalhadores.

Art. 102 - Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 103 - Lei Municipal definirá normas de incentivo às formas associativas e cooperativas, às pequenas e micro-unidades econômicas e às empresas que estabelecerem participação dos trabalhadores nos lucros e na sua gestão.

Art. 104 - O Município organizará sistema e programas de prevenção e socorro nos casos de calamidade pública em que a população tenha ameaçados os seus recursos, meios de abastecimento ou de sobrevivência.

Art. 105 - Os planos de desenvolvimento econômico do Município terão o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem no campo e o desenvolvimento social e econômico e sustentável.

Art. 106 - Os investimentos do Município atenderão, em caráter prioritário, às necessidades básicas da população, e deverão estar compatibilizados com o plano de desenvolvimento econômico.

Art. 107 - O Plano Plurianual do Município e seu orçamento anual contemplarão expressamente recursos destinados ao desenvolvimento de uma política habitacional de interesse social, e política agrária, agrícola e de abastecimento, compatível com os programas estaduais dessas áreas.

Art. 108 - O Município promoverá programa de interesse social destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando:

- a regularização fundiária;
- a dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;
- a implantação de empreendimentos habitacionais.

Parágrafo Único - O Município apoiará a construção de moradias populares realizadas pelos próprios interessados por regime de mutirão, por cooperativas habitacionais e outras formas alternativas.

Art. 109 - Na elaboração do planejamento e na ordenação de usos, atividades e funções de interesse social, o Município visará a:

- melhorar a qualidade de vida da população;
- promover a definição e a realização da função social da propriedade urbana;
- promover a ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas;
- prevenir e corrigir as distorções do crescimento urbano;
- distribuir os benefícios e encargos do processo de desenvolvimento do Município, inibindo a especulação imobiliária, os vazios e a excessiva concentração urbana;
- promover a integração, racionalização e otimização da infra-estrutura urbana básica, priorizando os aglomerados de maior densidade populacional e as populações de menor renda;
- impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas e corretivas;
- preservar os sítios, as edificações e os monumentos de valor histórico, artístico e cultural;
- promover o desenvolvimento econômico local;
- preservar as zonas de proteção de aeródromos.

Art. 110 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal;

- preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- exigir, na forma da lei, para instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - O lajedo de Soledade é patrimônio comum de todos os

apodienses, merecendo, na forma da lei, especial tutela do Município, dentro de condições que assegurem a preservação e o manejo racional dos ecossistemas.

§ 3º - A Lagoa do Apodi é patrimônio do Município e Lei regulamentará a sua exploração.

§ 4º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 5º - No Território do Município, nas margens da BR-RN, e estradas até 40 metros de cada lado, o Poder Público Municipal protegerá e defenderá as escavações e retiradas de barro, areia e apriços, e evitará a colocação de lixo.

Art. 111 - O parcelamento do solo para fins urbanos deverá estar inserido em área urbana ou de expansão urbana a ser definida em Lei Municipal.

Art. 112 - Na aprovação de qualquer projeto para a construção de conjuntos habitacionais, o município exigirá a edificação, pelos incorporadores, de escola com capacidade para atender à demanda gerada pelo conjunto.

Art. 113 - O Município assegurará a participação de entidades comunitárias e das representativas da sociedade civil organizada, legalmente constituídas, na definição do plano diretor e das diretrizes gerais de ocupação do território, bem como na elaboração e implementação dos planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes.

Art. 114 - O Município, no desempenho de sua organização econômica, planejará e executará políticas voltadas para a agricultura e o abastecimento, especialmente quanto:

- ao desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade de uso do solo, levada em conta a proteção ao meio ambiente;
- ao fomento à produção agropecuária e a de alimentos de consumo interno;
- ao incentivo à agroindústria;
- ao incentivo ao cooperativismo, ao sindicalismo e ao associativismo;
- à implantação de cinturões verdes;
- ao estímulo à criação de centrais de compras para abastecimento de microempresas, micro-produtores rurais e empresas de pequeno porte, com vistas a diminuição de preço final das mercadorias e produtos na venda ao consumidor;
- ao incentivo, à ampliação e à conservação da rede de estradas vicinais, e da rede de eletrificação rural.

Art. 115 - O Município definirá formas de participação na política de combate ao uso de entorpecentes, objetivando a educação preventiva e a assistência e recuperação dos dependentes de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 116 - É gratuito o ensino nas escolas públicas municipais.

Art. 117 - Compete ao Município articulado com o estado recensear os educando para o ensino fundamental e fazer-lhes a chamada anualmente.

Parágrafo Único - Transcorridos 10 (dez) dias úteis do pedido de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal competente que não garantir, ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental.

Art. 118 - É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino através de associações, grêmios e outras formas.

Parágrafo Único - Será responsabilizada a autoridade educacional que embarçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 119 - O Município manterá o professorado em nível econômico, social e moral à altura de suas funções.

Art. - 120 - Lei ordinária implantará o plano de carreira do magistério público municipal.

Art. 121 - Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados no ensino público, podendo também ser dirigidos às escolas comunitárias.

Art. 122 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (Vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 123 - É dever de o Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e recreação, como direito de todos, observados:

- a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades meio e fim;
- a dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições escolares públicas;
- a garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental.

Art. 124 - O município estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos, bem como o acesso às fontes, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo Único - O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

Art. 125 - A política de desenvolvimento urbano, executado pelo

Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa, indenização em dinheiro, salvo nos casos do inciso III, do parágrafo seguinte.

§ 4º - O proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada, nos termos da lei federal, deverá promover adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de:

1. Parcelamento ou edificação compulsória;
2. imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
3. desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 126 – Aquele que possuir como sua área urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para a sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou mulher, ou a ambos, independentemente estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 127 – Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbano o prédio ou terreno destinado a moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a Lei fixar.

Art. 128 – Lei Municipal estabelecerá uma política de turismo para o Município, definindo diretrizes, observar nas ações públicas e privadas, como forma de promover o desenvolvimento social e econômico.

Parágrafo Único – O poder Executivo elaborará inventário e regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico, observadas as competências da União e do Estado.

Art. 129 - Cabe ao Município definir uma política de saúde e de saneamento básico, interligada com os programas da união e do Estado, com o objetivo de preservar a saúde individual e coletiva.

Parágrafo Único - Os recursos repassados pelo Estado e destinados à saúde não poderão ser utilizados em outras áreas.

## CAPÍTULO X

### DA POLÍTICA AGRÁRIA, AGRÍCOLA E DE ABASTECIMENTO

Art. 130 – A receita proveniente da participação do Município no produto de arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados, será destinada a apoiar as ações federais, estaduais e municipais de Reforma Agrária no Município.

§ 1º - São isentos de imposto Municipal as operações de transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma Agrária.

§ 2º - A aplicação dos recursos de que trata este artigo, será definida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 131 – A política agrária, agrícola e de abastecimento será planejada e executada na forma da lei, observado o disposto nos artigos 187 e 225 da Constituição Federal e nos artigos 117 e 150 da Constituição Estadual.

§ 1º - A lei disciplinará a elaboração, execução e acompanhamento do planejamento agrícola Municipal.

§ 2º - O planejamento agrícola municipal será elaborado, executado e acompanhado por unidade específica do Poder Executivo Municipal, com a participação de associações representativas da sociedade.

§ 3º - O orçamento Municipal deverá consignar recursos para custeio da política agrícola, agrária e de abastecimento a ser executada no Município.

§ 4º - O montante das despesas de custeio da política agrícola representará 4% (quatro por cento) das receitas orçamentárias do Município, computadas as transferências constitucionais.

Art. 132 – Na política agrária, agrícola e de abastecimento, o município executará isolado ou conjuntamente com o Estado e a União, ações levando-se em conta, especificamente:

1. a comercialização agrícola e abastecimento;
2. o incentivo à pesquisa e a tecnologia;
3. a assistência técnica e extensão rural;
4. o cooperativismo;
5. a eletrificação rural e irrigação;
6. habitação para o trabalhador rural;
7. garantia de saúde para o trabalhador rural e sua família;
8. garantia de educação para o trabalhador rural e sua família.

Art. 133 – As ações e serviços de fomento ao pequeno produtor

são de natureza pública, cabendo ao poder público sua normalização e controle, devendo sua execução ser feita exclusivamente através de serviços públicos gratuitos.

Art. 134 – A Lei disciplinará a utilização de agrotóxicos no território do Município, vedada a concessão de qualquer benefício fiscal ou incentivo a produtos potencialmente causadores de poluição ou degradação do meio ambiente.

Art. 135 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, criado na forma da lei, assegurará a participação popular de entidades de classes no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da política agrária, agrícola e abastecimento.

## TÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 136 – O projeto de lei do Plano Plurianual, previsto no artigo 91, inciso I, na atual legislatura, deverá ser apresentado até 31 de maio de 1990.

Art. 137 – O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, poderão ser homenageadas as pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao município ou neles tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara. (Redação dada pela Emenda Orgânica n.º 027/2011);

Art. 138 – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos municipais deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos.

Art. 139 – São considerados estáveis os servidores públicos municipais cujo ingresso não seja consequente de concurso público e que, à data da promulgação da Constituição Federal completarem pelo menos cinco anos de continuados exercícios de função pública municipal.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto neste artigo aos nomeados para cargo em comissão ou admitidos para funções de confiança.

Art. 140 – O Município disciplinará, através de leis específicas, no prazo de 06 (seis) meses, a Lei Agrícola Municipal, a Lei de Agrotóxicos e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 141 – O Município mandará imprimir esta Lei orgânica para distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

Art. 142 – Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Apodi-RN, 05 de abril de 1990.

Vereador José da Mota Neto - Presidente

Vereador Francisco Chaves Sizenando Filho - Vice-Presidente

Vereador Fábio Soares Lins - 1º Secretário

Vereador Arnaldo João da Costa - 2º Secretário

Vereador Bevenuto José de Paiva

Vereador Milton Ferreira Sales

Vereador Valdir Moraes

Vereador Antônio de Souza Maia Júnior

Vereador Antônio Freire Filho

Vereador Vilmar Marcolino de Oliveira

**Publicado por:**  
FRANCISCO CLÁUDIO DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 3C9536AA

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIA N.º 040/2017-GP, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE APODI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 43, inciso III, do Regimento Interno, considerando a Resolução nº 114/2001, considerando o disposto no art. 22 e inciso III, da Resolução nº 11/2016 – TCE e tendo em vista a solicitação de diário do Presidente da Câmara Municipal de Apodi GENIVAN AIRES DA COSTA.

## R E S O L V E

Art. 1º - Conceder 1 (uma) Diária, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), ao Senhor GENIVAN AIRES DA COSTA, Presidente da CMA, para fazer face as despesas com transporte e alimentação na cidade de Mossoró-RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Atendimento na Receita Federal para tratar de alteração cadastral da Câmara Municipal de Apodi – CAC Mossoró-RN – Avenida Alberto Maranhão, 1720 – Centro.

Local de destino: Mossoró-RN

Período do Afastamento: 13 de fevereiro de 2017

Art. 2º - O beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22 e inciso III, da Resolução nº 11/2016 – TCE, de 09 de junho de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Apodi/RN, em 13 de fevereiro de 2017.

CHARTON HESTON RÊGO NORONHA

Presidente da Câmara de Apodi em exercício

**Publicado por:**  
FRANCISCO CLÁUDIO DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 527D3C00

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELONA

## GABINETE DO PRESIDENTE

### LEI Nº 001 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

Revoga o Art. 2º e Art. 3º da Lei Municipal Nº 003 de 04 de agosto de 2016 e dá outras providências.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barcelona, no uso das suas atribuições legais,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Barcelona aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam revogados o Art. 2º e Art. 3º da Lei Municipal nº 003 de 04 de agosto de 2016.

Art. 2º. O subsídio do Vereador Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barcelona continua limitado ao valor fixado pela Lei Municipal nº 262 de 10 de setembro de 2012 para a Legislatura 2013/2016, o qual corresponde a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), pagos em parcela única.

Art. 3º. Os subsídios fixados pelo Art. 1º da Lei Municipal nº 003 de 04 de agosto de 2016 e pelo Art. 2º desta Lei são determinados como limite máximo durante a legislatura 2017/2020, sendo os valores estabelecidos para cada período anual ou sessão legislativa, definidos mediante Resolução da Mesa Diretora, respeitando-se as limitações constantes do Art. 29, inciso VI, "a" e inciso VII e Art. 29-A, § 1º da Constituição Federal, e ainda as limitações definidas pela Lei nº 101/2000 - LRF.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor nesta data, com efeito, a partir de 01 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barcelona/RN, em 13 de fevereiro de 2017.

DIOGO HENRIQUE MARQUES COSTA

Presidente

**Publicado por:**  
CARLOS ALBERTO ROCHA BARRETO  
**Código Identificador:** 4CB13D58

## GABINETE DO PRESIDENTE

### LEI Nº 002 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

Adota o Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, instituído e administrado pela FECAM/RN, como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos da Câmara Municipal de Barcelona RN.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barcelona, no uso das suas atribuições legais,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Barcelona aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, instituído e administrado pela Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte – FECAM/RN é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos da Câmara Municipal de Barcelona RN.

Art. 2º - A edição do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte será realizada em meio eletrônico e atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo certificadas pela empresa CACTUS Tecnologia da Informação Ltda.

Art. 3º - A edição eletrônica do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte será disponibilizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico [www.fecamrn.com.br/diariomunicipal](http://www.fecamrn.com.br/diariomunicipal), podendo ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento.

Parágrafo 1º – O Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte manterá sistema de segurança da informação, com a utilização de chaves de criptografia, para fins de viabilizar futuras comparações de publicações, com manutenção de sistema de backup.

Parágrafo 2º – Será garantindo o livre acesso às publicações a qualquer usuário.

Art. 4º - As publicações no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte substituirão quaisquer outras formas de publicação utilizada pela Câmara Municipal, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.



Art. 5º - Os direitos autorais dos atos municipais publicados no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte são reservados à Câmara Municipal de Barcelona RN.

Parágrafo Único – A Câmara Municipal de Barcelona RN poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, mediante solicitação e o pagamento do valor correspondente à sua reprodução.

Art. 6º - A responsabilidade pelo conteúdo da publicação é do órgão que o produziu.

Art. 7º - A Câmara Municipal de Barcelona RN fica autorizada a contribuir para a FECAMRN, de acordo com o valor fixado pela Assembleia Geral da entidade.

Art. 8º - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barcelona/RN, em 13 de fevereiro de 2017.

DIOGO HENRIQUE MARQUES COSTA

Presidente

**Publicado por:**  
CARLOS ALBERTO ROCHA BARRETO  
**Código Identificador:** 47809466

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISP. 002/2017

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) CAMILA MOURA DE MELO, referente à locação de imóvel situado a Rua Major Segundo Jácome, 133 - Centro - Campo Grande/RN, destinado à instalação do Anexo Administrativo da Câmara Municipal no período de fevereiro a dezembro de 2017.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). LILIANA BEZERRA DE ALMEIDA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

CAMPO GRANDE - RN, 01 de Fevereiro de 2017

ADMILSON FERNANDES DE MELO JUNIOR

PRESIDENTE

**Publicado por:**  
RICARDO ALEXANDRE PEREIRA DE AZEVEDO  
**Código Identificador:** 50ED2C82

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISP. 002/2017

A Comissão de Licitação do Município de CAMPO GRANDE, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) ADMILSON FERNANDES DE MELO JUNIOR, PRESIDENTE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: locação de imóvel situado a Rua Major Segundo Jácome, 133 - Centro - Campo Grande/RN, destinado à instalação do Anexo Administrativo da Câmara Municipal no período de fevereiro a dezembro de 2017

Contratado.....: CAMILA MOURA DE MELO

Fundamento Legal....: art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) ADMILSON FERNANDES DE MELO JUNIOR, PRESIDENTE.

CAMPO GRANDE - RN, 01 de Fevereiro de 2017

LILIANA BEZERRA DE ALMEIDA

Comissão de Licitação

Presidente

**Publicado por:**  
RICARDO ALEXANDRE PEREIRA DE AZEVEDO  
**Código Identificador:** 44DE2687

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE EXTRATO DE CONTRATO Nº.....: 20179006

CONTRATO Nº.....: 20179006

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DISP. 002/2017

CONTRATANTE.....: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

CONTRATADA(O).....: CAMILA MOURA DE MELO

OBJETO.....: locação de imóvel situado a Rua Major Segundo Jácome, 133 - Centro - Campo Grande/RN, destinado

as instalação do Anexo Administrativo da Câmara Municipal no período de fevereiro a dezembro de 2017

VALOR TOTAL.....: R\$ 9.900,00 (nove mil, novecentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2017 Atividade 0101.010310001.2.001 Manut.das Atividades da Câmara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física, Subelemento 3.3.90.36.15, no valor de R\$ 9.900,00

VIGÊNCIA.....: 01 de Fevereiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

DATA DA ASSINATURA.....: 01 de Fevereiro de 2017

**Publicado por:**  
RICARDO ALEXANDRE PEREIRA DE AZEVEDO  
**Código Identificador:** 403E0A3D

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

### CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA ATO DA MESA Nº 003/2008

Declara a efetivação de funcionário público e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CANGARETAMA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nos artigos 206 do regimento interno.

FACO SABER que a Mesa diretora da Câmara Municipal de Canguaretama, Estado do Rio Grande do Norte decidiu e eu promulgo o seguinte Ato da mesa.

Art. 1º Fica decretado, por decisão da Mesa Diretora, a efetivação de funcionário público através de através de processo seletivo sobre prova de títulos conforme do art. 37 e inciso II da constituição brasileira, que será regulamentado através de portaria de nomeação ao respectivo cargo, da qual serão regulamentados sobre o Regime de estatuto de servidores de Canguaretama e ou legislação própria da câmara de municipal de Canguaretama.

Art. 2º Este ato da mesa entra em vigor na data de sua publicação no diário oficial, e mural da cara para efeitos de conhecimento geral oportunamente comunicado ao plenário.

Palácio Gilberto Luiz Gomes, Canguaretama/RN, em 1 de março de 2008.

JAILSON BRASILINO DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA  
**Código Identificador:** 5DC0D7E8

### CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2008

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANGUARETAMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.

FAÇO SABER que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Canguaretama, Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do ato nº 003/2008, de 01 de março de 2008 e na conformidade do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal e artigo 235 do regimento Interno desta Casa, resolveu convocar para o cargo de diretor administrativo efetivo, o senhor ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA aprovado processo seletivo, em razão da publicação, no diário municipal, das portarias de nomeação 034/2008 do gabinete da presidente, como consta nos autos; e torna público a imediata convocação ao cargo assim como acima descrito o senhor ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA para assumir seu posto sendo o mesmo lotado na secretaria geral ficando o mesmo CONVOCADO para assumir o mandato sob a matrícula 034/2008.

Sala de Sessões Palácio Gilberto Luiz Gomes Canguaretama/RN, em 03 de janeiro de 2008.

JAILSON BRASILINO DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA  
**Código Identificador:** 62D507DF

### CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA PORTARIA DE RATIFICAÇÃO Nº 001/2015 DE 30 DE JANEIRO DE 2015 VERENICE

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA – RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.

Considerando a Portaria nº 023/96 – Nomeação de candidato “VERENICE GALDINO FERNANDES” aprovada em Concurso Público para provimento de vagas do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Câmara de Municipal Canguaretama do Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade ao concurso Público realizado em 17 de novembro de 1996.

RESOLVE

Reti-ratificar a Portaria nº 023/96, de 10 de novembro de 1996, conforme abaixo:

Art. 1º - Incluir na Portaria nº 023/96, de 10 de novembro de 1996:

Palácio Gilberto Luiz gomes, 10 de dezembro de 1996.

Art. 2º - Excluir da Portaria nº 023/96 de 10 de novembro de 1996

Palácio Gilberto Luiz gomes, 10 de novembro de 1996.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se

Cumpra-se

JOÃO PAULO PESSOA GENUÍNO DE OLIVEIRA

(PRESIDENTE)

**Publicado por:**  
ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA  
**Código Identificador:** 657EFB7D

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CARAÚBAS, através da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 13:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2017, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço, para Aquisição de material de consumo para entrega parcelada destinado a manutenção das atividades da Câmara Municipal de Caraubas, no exercício de 2017, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala do Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala do Pregoeiro, na PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 452, CENTRO - CARAÚBAS/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

CARAÚBAS - RN, 13 de Fevereiro de 2017

HIRAN HEBER DANTAS DO NASCIMENTO

Pregoeiro(a)

**Publicado por:**  
LEILA CRISTINA DA SILVA  
**Código Identificador:** 6C947D5A

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA AVISO DE LICITAÇÃO MATERIAL HIG LIMP

O Município de CARAÚBAS, através da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 15:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2017, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo menor preço, para Aquisição de material de higiene e limpeza para entrega parcelada destinado a manutenção do prédio sede da Câmara Municipal de Caraubas, no exercício de 2017, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala do Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala do Pregoeiro, na PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 452, CENTRO - CARAÚBAS/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

CARAÚBAS - RN, 13 de Fevereiro de 2017

HIRAN HEBER DANTAS DO NASCIMENTO

Pregoeiro(a)

**Publicado por:**  
LEILA CRISTINA DA SILVA  
**Código Identificador:** 4C85FFED

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROCESSO Nº: 100204 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

A Comissão de Licitação do Município de Carnaubais/RN, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a). JOSEFA JUSALY DE MEDEIROS, PRESIDENTE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto: Prestação de serviço como ajudante de pintor no prédio sede da câmara municipal de carnaubais, no período de 26/01 a 07/02/2017.

Contratado(a): RONALDO PIMENTEL DA SILVA

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a). JOSEFA JUSALY DE MEDEIROS, PRESIDENTE.

Carnaubais/RN, em 25 de janeiro de 2017

ROBENILSON JERONIMO FERREIRA

CPF: 028.376.274-88

Presidente da Comissão de Licitação

**Publicado por:**  
ROBENILSON JERONIMO FERREIRA  
**Código Identificador:** 5FFA2614

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROCESSO Nº: 100205 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

A Comissão de Licitação do Município de Carnaubais/RN, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAUBAIS, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a). JOSEFA JUSALY DE MEDEIROS, PRESIDENTE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto: Prestação de serviço como servente no prédio sede da Câmara Municipal de Carnaubais, no período de 26/01 a 07/02/2017.

Contratado(a): FERNANDO CARLOS BEZERRA JUNIOR

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a). JOSEFA JUSALY DE MEDEIROS, PRESIDENTE.

Carnaubais/RN, em 25 de janeiro de 2017

ROBENILSON JERONIMO FERREIRA

CPF: 028.376.274-88

Presidente da Comissão de Licitação

**Publicado por:**  
ROBENILSON JERONIMO FERREIRA  
**Código Identificador:** 51D6DDEE

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA 10/2017 PROCESSO 28/2017 CONCEDE DIÁRIA A FUNCIONÁRIA\*

Processo nº 28/2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZÊTA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 70, de 02 de maio de 2013,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder a funcionária abaixo indicado, a diária correspondente para pagamento de despesas com alimentação quando em deslocamento a serviço desta Câmara no período citado.

Beneficiário - Lindiane Tácia Galvão de Araújo

Função - Controladora

Quantidade - 1/2

Destino - Natal – RN

Data de Afastamento: 10 de fevereiro de 2017

Hora de Saída: 04:00 horas

Hora de Chegada: 10:00 horas

Roteiro: CRECI – Conselho Regional de Corretores de Imóveis, na rua Mirabeau da Cunha Melo, 1924, Andar 1, Candelária, Natal-RN, para participar do 3º Seminário de Gestão do Legislativo, com palestra de Soluções Administrativas para Câmaras Municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Cruzêta-RN, em 09 de fevereiro de 2017.

Mônica Maria de Medeiros Silva

Presidente

\*Replicado por incorreção de erro material.

**Publicado por:**  
MAURICEA MONTEIRO DE MEDEIROS ALMEIDA  
**Código Identificador:** 4E5C4695

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 11/2017

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOAO JOSE DA SILVA NETO, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO CONFORME MEMORANDO

001/2017

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social Valor

J.V.CUNHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS R\$ 1.614,66

Total Geral R\$ 1.614,66

Currais Novos-RN, segunda-feira, 13 de fevereiro de 2017.

Alzira Graciete Garcia de Almeida

PRESIDENTE DA CPL

**Publicado por:**  
JOÃO BATISTA BEZERRA  
**Código Identificador:** 4DF2EA86

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 030, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

NOMEIA Valdilene Barros de Macedo para exercer o Cargo Comissionado de CC - 5 – Coordenador de Recepção – Ala dos Gabinetes da Câmara Municipal de Currais Novos.

O Presidente da Câmara Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da competência institucional disposta no Artigo 35, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e das atribuições dispostas no Artigo 18, Inciso XVII do Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda, com base legal na Resolução nº 001.2016.

**RESOLVE:**

NOMEAR Valdilene Barros de Macedo, inscrita no CPF sob o nº. 040.127.594-93, para exercer o Cargo Comissionado de CC-5 – Coordenador de Recepção – Ala dos Gabinetes da Câmara Municipal de Currais Novos.

A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 2017.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Currais Novos-RN, 13 de fevereiro de 2017.

Ver. João José da Silva Neto

PRESIDENTE

**Publicado por:**  
JOÃO BATISTA BEZERRA  
**Código Identificador:** 4EC582A3

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 031, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

NOMEIA Genilson Cardoso da Silva para exercer o Cargo Comissionado de CC- 5 – Coordenador dos Serviços de Portaria da Câmara Municipal de Currais Novos.

O Presidente da Câmara Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da competência institucional disposta no Artigo 35, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e das atribuições dispostas no Artigo 18, Inciso XVII do Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda, com base legal na Resolução nº 001.2016.

**RESOLVE:**

NOMEAR Genilson Cardoso da Silva, inscrita no CPF sob o nº. 037.650.464-18, para exercer o Cargo Comissionado de CC- 5 – Coordenador dos Serviços de Portaria da Câmara Municipal de Currais Novos.

A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 2017.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Currais Novos-RN, 13 de fevereiro de 2017.

Ver. João José da Silva Neto

PRESIDENTE

**Publicado por:**  
JOÃO BATISTA BEZERRA  
**Código Identificador:** 3FF71AFF

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº. 032, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

NOMEIA Suely Luciano de Oliveira para exercer o Cargo Comissionado de CC- 3 – Diretor do Almoarifado e Tombamento - Câmara Municipal de Currais Novos.

O Presidente da Câmara Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da competência institucional disposta no Artigo 35, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e das atribuições dispostas no Artigo 18, Inciso XVII do Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda, com base legal na Resolução nº 001.2016.

**RESOLVE:**

NOMEAR Suely Luciano de Oliveira, inscrita no CPF sob o nº. 073.028.164-76, para exercer o Cargo Comissionado de CC- 3 – Diretor do Almoarifado e Tombamento - Câmara Municipal de Currais Novos.

A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 2017.

Cientifique-se, publique-se e cumpra.

Câmara Municipal de Currais Novos-RN, 13 de fevereiro de 2017.

Ver. João José da Silva Neto

PRESIDENTE

**Publicado por:**  
JOÃO BATISTA BEZERRA  
**Código Identificador:** 5FA51536

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE ENCANTO

### GABINETE DA PRESIDENCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-PROCESSO: 012012017.

Objeto: Serviços de pequenos reparos com substituições de portas por vidro, pinturas, substituição de gesso, montagem de lavanderia, substituição de molas das porta porta de vidros e abertura de uma porta para o almoxarifado.

Contratado: 1001 - FRANCISCO JEANE DE OLIVEIRA SILVA.

Valor Total Julgado: R\$ R\$ 820,00., Base legal: artigo 24, da Lei 8.666/9.

Encanto/RN, 26/01/2017.

**Publicado por:**  
MARCELO DE OLIVEIRA MACENA  
**Código Identificador:** 70D98B86

## GABINETE DA PRESIDENCIA PORTARIA Nº 08/2017

NOMEIA O SENHOR FRANCISCLAUDIO NATO DA SILVA, ADVOGADO COM INSCRIÇÃO Nº 13.810 OAB/RN, AO CARGO COMISSONADO DE CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Encanto, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe for confiadas,

**RESOLVE:**



Art. 1º - Nomear o Sr. FRANCISCLAUDIO NATO DA SILVA, Advogado com inscrição nº 13.810 OAB/RN, ao cargo comissionado de Controlador Geral, desta Casa Legislativa.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Cumpra-se

Encanto/RN 07 de fevereiro de 2017.

José de Anchieta Fernandes de Souza

Presidente

**Publicado por:**  
MARCELO DE OLIVEIRA MACENA  
**Código Identificador:** 4DCA57F8

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 015012017.

Objeto: aquisição de portas de vidro e peças para as atuais e as já existentes na sede

Contratado: 118 - Vidraçaria e Marmoraria Souza LTDA-ME.

Valor Total Julgado: R\$ R\$ 5.885,00., Base legal: artigo 24, da Lei 8.666/9.

Encanto/RN, 10/02/2017.

**Publicado por:**  
MARCELO DE OLIVEIRA MACENA  
**Código Identificador:** 6F986036

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA

### PRESIDENCIA PORTARIA DE Nº 017/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Regime Interno do Poder Legislativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA, inscrito no CPF: 035.543.974-31 para ocupar o Cargo de Assessor Parlamentar CC-006, da Câmara Municipal de Goianinha/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Goianinha/RN, 06 de Fevereiro de 2017.

Ver. ODILON ERNESTINO BARBALHO

Presidente da Câmara

**Publicado por:**  
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA  
**Código Identificador:** 4990CB4E

### PRESIDENCIA PORTARIA DE Nº 018/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Regime Interno do Poder Legislativo.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. MAX DIEGO DA SILVA FERNANDES, inscrito no CPF: 090.167.434-64 para ocupar o Cargo de Assessor Parlamentar CC-006, da Câmara Municipal de Goianinha/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Goianinha/RN, 06 de Fevereiro de 2017.

Ver. ODILON ERNESTINO BARBALHO

Presidente da Câmara

**Publicado por:**  
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA  
**Código Identificador:** 73AC97B0

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017.

CONTRATO Nº 001/2017.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50. Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO: JML AUTO POSTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, CNPJ: 40.796.146/0008-86.

Valor Global: R\$ 7.848,00 (Sete mil oitocentos e quarenta e oito reais);

OBJETIVO: Aquisição gradual de combustíveis veiculares, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Guamaré-RN.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guamaré

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339030000000 0006 – Material de Consumo.

Assinatura em: 13 de Janeiro de 2017.

Vigência: 13 de janeiro a 15 de Fevereiro de 2017.

GUAMARÉ/RN, 13 de Janeiro de 2017.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara

Contratante

José de Anchieta Medeiros Jácome

JML AUTO POSTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 40.796.146/0008-86

Contratado

**Publicado por:**  
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 65C15A76

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA RESULTADO DE HABILITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 .

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação, contínua, de mão de obra, para auxiliar a administração da Câmara Municipal de Guamaré-RN, em serviços gerais e outros serviços complementares. Após análise, juntamente com equipe de apoio e corpo técnico da Câmara Municipal de Guamaré, da documentação de habilitação apresentada pelos licitantes na fase de habilitação, em reunião realizada em 07/02/2017. Resolve: HABILITAR as empresas, Impacto Locação de Mão de Obra e Serviços Ltda EPP, CNPJ. 07.796.635/0001-96, e Secou Empreendimentos e Serviços Ltda, CNPJ. 24.578.801/0001-05, por haverem cumprido as exigências editalícias. A documentação encontra-se a disposição dos interessados junto a Comissão.

Guamaré-RN, 10 de Fevereiro de 2016.

Pregoeiro.

**Publicado por:**  
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 613E7257

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - 011/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Guamaré/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50, Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO(A): G M R TELECOM LTDA - ME , CNPJ: 11.928.432/0001-83.

Valor Global: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).

OBJETIVO: Contratação de empresa do ramo pertinente para os serviços de acesso à Internet, através de conexão via rádio, com velocidade mínima de 05 (cinco) Mbps, para atender as necessidades esta Câmara Municipal.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guamaré

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do Poder Legislativo

Código/Red: 339039000000 0011 – Outros Serviços de Terceiros - P.J.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

GUAMARÉ/RN, 25 de Janeiro de 2017.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara.

G M R TELECOM LTDA - ME

CNPJ: 11.928.432/0001-83

Contratada

**Publicado por:**  
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 74104FB4

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017\*

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, CNPJ: 08.587.263/0001-50. Rua Capitão Vicente de Brito, s/n, Centro.

CONTRATADO(A): JML AUTO POSTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, CNPJ: 40.796.146/0008-86.

Valor Global: R\$ 7.848,00 (Sete mil oitocentos e quarenta e oito reais);

OBJETIVO: Aquisição gradual de combustíveis veiculares, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Guamaré-RN.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município:

Órgão: 01 – Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Guamaré

Função: 01 – Legislativa

SubFunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0115 – Manutenção das Atividades Operacionais

Projeto/Atividade: 2137 – Desenvolvimento da Atividade do

Poder Legislativo

Código/Red: 339030000000 0006 – Material de Consumo.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

GUAMARÉ/RN, 13 de Janeiro de 2017.

EMILSON DE BORBA CUNHA

Presidente da Câmara.

\*Replicado por incorreção de erro material.

**Publicado por:**  
JULIO CESAR CERQUEIRA DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 3F28EDD5

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

### GABINETE DA PRESIDENCIA TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de

junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) CLEDITON MEDEIROS DA SILVA 05478000450, referente à FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CONDUTOR DE VEÍCULO AUTOMOTIVO - MOTORISTA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DE SERIDO.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr (a). VANESSA NERI DE OLIVEIRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

JARDIM DO SERIDÓ - RN, 13 de Fevereiro de 2017

IRON LUCAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

PRESIDENTE

PRAÇA MANOEL PAULINO DOS SANTOS FILHO

**Publicado por:**  
VANESSA NERI DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 6EC01AB6

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 003/2017, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e especialmente com a competência estabelecida pelo Artigo 29, Inciso II da Lei

Orgânica Municipal, atendendo solicitação manifestada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através do Ofício nº 004/2017,

RESOLVE,

Autorizar a Cessão do Servidor JOSÉ SEGUNDO GUIMARÃES FILHO, ocupante do cargo efetivo de Digitador lotado na Câmara Municipal de Lagoa Nova, para exercer suas atribuições funcionais vinculado à Órgão/Unidade da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova, sem ônus para o Órgão cedente, com os efeitos retroativos ao dia 05/01/2017.

Cientifique-se. Publique-se.

Ver. ANTONIO DOMINGOS SOARES

Presidente

**Publicado por:**  
NAIDE MEDEIROS  
**Código Identificador:** 73C5AA37

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

### GABINETE DA PRESIDENCIA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

Fica o representante da empresa licitante: POSTO SANTA RITA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 09.196.733/0001-18, sediado a Rodovia RN 221 KM 1, Cohab, Macau/RN – CEP: 59.500-000. Convocado a assinar o instrumento contratual referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no art., 81 da Lei 8.666/93, na sede da Câmara Municipal de Macau/RN, no horário de 08h00min às 13h00min.

Macau/RN, 14 de Fevereiro de 2017

Jairton de Araujo Medeiros

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
CORNÉLIO MARTINS DA SILVA NETO  
**Código Identificador:** 5CC8FEDA

### GABINETE DA PRESIDENCIA EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela pregoeira e equipe de apoio da Câmara Municipal de Macau/RN, venho HOMOLOGAR o resultado da Licitação – Pregão Presencial nº 001/2017, que tem como OBJETO: AQUISIÇÃO GRADUAL DE COMBUSTÍVEL, com a finalidade de assegurar o abastecimento, da frota de veículos pertencente e/ou incorporado à Câmara Municipal de Macau/RN, de acordo com a especificação da proposta final, à Empresa: POSTO SANTA RITA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 09.196.733/0001-18, vencedora com o Valor Global de R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais), haja visto que foi a melhor proposta apresentada à Editalidade.

Macau/RN, 14 de Fevereiro de 2017

Jairton de Araujo Medeiros

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
CORNÉLIO MARTINS DA SILVA NETO  
**Código Identificador:** 5AED4C79

### GABINETE DA PRESIDENCIA RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

A PREGOEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU torna público o resultado do processo licitatório na modalidade pregão presencial Nº 003/2017, em que foi declarada vencedora a empresa: J N DE MACEDO JUNIOR – ME inscrita no CNPJ: 07.953.070/0001-03, com o valor global de R\$ 29.962,40 (vinte e nove mil novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos), dessa forma sendo ADJUDICADO o objeto da licitação ao licitante acima mencionado. A licitação foi realizada pelo critério de menor preço por item. Informamos que a Ata na íntegra, encontra-se na Câmara Municipal de Macau/RN, na Rua Martins Ferreira, 235 – Centro – Macau/RN.

Macau/RN, 10 de Fevereiro de 2017

Claudia Maria Silva Vaz

Pregoeira

**Publicado por:**  
CORNÉLIO MARTINS DA SILVA NETO  
**Código Identificador:** 59C776A9

### GABINETE DA PRESIDENCIA RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

A PREGOEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU torna público o resultado do processo licitatório na modalidade pregão presencial Nº 002/2017, tipo menor preço por item, que tem como OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículo tipo SEDAN no mínimo ano 2015, capacidade para 05 (cinco) pessoas incluindo

o motorista, motor mínimo 1.6, com combustível flex (gasolina e etanol), 04 (quatro) portas, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, Air Bag e ABS, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Macau/RN, Participaram da Presente Licitação as Empresas constantes na Ata da Sessão Pública do Pregão em epígrafe, a sessão no dia 13/02/2017, foi declarada “FRACASSADA”. As razões que motivaram a decisão encontram-se à disposição dos interessados para consulta na Câmara Municipal de Macau/RN, na Rua Martins Ferreira, 235 – Centro – Macau/RN.

Macau/RN, 13 de Fevereiro de 2017

Claudia Maria Silva Vaz

Pregoeira

**Publicado por:**  
CORNÉLIO MARTINS DA SILVA NETO  
**Código Identificador:** 43365B57

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ

### GABINETE DO PRESIDENTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ PARA O BIÊNIO 2019-2020

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições, ancorada no manto DO REGIMENTO INTERNO, bem como escudada na LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONVOCA os Vereadores e Vereadoras do Poder Legislativo local para participarem da eleição da Mesa Diretora que conduzirá os destinos da Câmara Municipal de Nova Cruz-RN durante o biênio 2019/2020, de acordo com as seguintes normas.

#### DATA E LOCAL DA ELEIÇÃO

A eleição para escolha da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Cruz/RN, biênio 2019/2020, será realizada a partir das 20h00h do dia 16 de fevereiro do ano corrente, no Plenário desta Casa Legislativa, localizado na Rua Capitão Jose da Penha nº 08 Centro, nesta municipalidade.

#### HORÁRIO PRAZO E CONDIÇÕES PARA REGISTRO DAS CHAPAS

O prazo para registro de chapa é de até as 18h00h antes da sessão que ocorrer a eleição, ou seja, dar-se-á das 20h00h do dia 16 de fevereiro de 2017.

Os interessados deverão inscrever-se através de requerimento, o qual deverá constar os cargos previstos no artigo 5º inciso 5º do Regimento Interno, o qual deverá constar o nome e assinatura legível dos respectivos membros, sendo vedada a inscrição de vereadores em mais de uma chapa.

O protocolo deverá ser feito junto à Secretaria da Câmara Municipal.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS:

A votação far-se-á ao registro dos candidatos aos cargos da Mesa, o Presidente convidará os Vereadores (a) à votação aberta através da chamada na ordem alfabética dos nobres parlamentares, utilizando-se da chamada com o número das chapas com nome dos Vereadores para cada cargo, na seguinte ordem: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

O processo eleitoral só poderá ser realizado com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara. Não havendo quórum, o presidente convocará nova sessão para o dia imediato, à mesma hora, e assim sucessivamente até o comparecimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, na primeira votação, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, no qual se considerará eleito o mais votado ou, no caso de empate, o mais idoso dentre os concorrentes para o cargo em disputa.

A apuração será feita pelo Secretário, sob a supervisão do Presidente, sendo que logo após a apuração será declarada a chapa vencedora e eleita, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, sendo que seus efeitos e exercício se darão a partir de 1º de Janeiro de 2019.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Cruz Estado do Rio Grande do Norte.

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2017.

José Evaldo Barbosa

Vereador Presidente

Fernando Antônio G. Bezerra Anne Gabriela M. de S. Melo

1º Secretário 2º Secretária

**Publicado por:**  
MALLENA KELLY SILVA ALVES  
**Código Identificador:** 414218B4

## GABINETE DO PRESIDENTE PAUTA 001-2017

“ Da 01 Sessão Ordinária, do 1º ano Legislativo da Câmara Municipal de Nova Cruz, a ser realizada no dia 16 de fevereiro de 2017”

A Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Cruz,

para o biênio de 2019/2020.

José Evaldo Barbosa

Vereador Presidente.

**Publicado por:**  
MALLENA KELLY SILVA ALVES  
**Código Identificador:** 7592728A

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DOS BORGES

### GABINETE DA PRESIDENCIA PORTARIA 006/2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, no uso de suas atribuições Constitucionais, R E S O L V E:

Artigo 1º - Resolve REVOGAR a Portaria nº 003/2017 de 01 de fevereiro de 2017, com publicação no Diário Oficial da FECAMRN no dia 02 fevereiro de 2017, por constar erro em sua numeração.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 04 de Fevereiro de 2017.

**Publicado por:**  
ISAAC ERASMO DE ARAUJO  
**Código Identificador:** 76D62355

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

### GABINETE DA PRESIDENCIA EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 – CMP

O Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de PATU-RN, através da Câmara, em cumprimento a ratificação procedida pela Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente da Câmara Municipal de Patu, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2017:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com abastecimento de água e serviços de esgotos para manutenção das atividades e funcionamento da Câmara Municipal de Patu - RN.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PATU/RN – CNPJ Nº 08.396830/0001-91, com endereço a Rua Jose Augusto, nº 90, Centro, Patu/RN, CEP 59.770-000.

CONTRATADO: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE- CNPJ: 08.334.385/0001-35– Avenida Senador Salgado Filho, 1555 – Tirol – Natal – RN – CEP: 59.015-000.

Valor Estimado: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Fundamento Legal: art. 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Inexigibilidade emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pela Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente da Câmara Municipal de Patu.

Patu – RN, 23 de janeiro de 2017.

WALLAS CALIXTA DE MELO

Presidente Comissão de Licitação

**Publicado por:**  
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 53F585F6

### GABINETE DA PRESIDENCIA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal do Município de PATU-RN, através da Câmara, considerando tudo o que consta no Processo Administrativo Nº 008/2017 de Dispensa de Licitação nº 004/2017, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando à Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Internet, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Assim, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar ao Exma. Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Patu, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Patu – RN, 30 de janeiro de 2017.

WALLAS CALIXTA DE MELO

Presidente Comissão de Licitação

**Publicado por:**  
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 6EADCF5B

## GABINETE DA PRESIDENCIA



## TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação nº 004/2017 fundamentada no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666 de 21.06.93, e suas atualizações posteriores, para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Internet.

RATIFICO: conforme descreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. WALLAS CALIXTO DE MELO, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Patu – RN, 30 de janeiro de 2017.

LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS

CPF: 026.418.304-50

Presidente da Câmara Municipal de Patu

**Publicado por:**  
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 4089E98D

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal do Município de PATU-RN, através da Câmara de Patu, em cumprimento a ratificação procedida pela Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente Da Câmara Municipal do Município de Patu, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação nº 004/2017 a seguir:

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Internet.

CONTRATADO: ALSOL PROVEDOR DE INTERNET LTDA - CNPJ Nº: 08.763.657/0001-12 – Av. Venâncio Neiva nº 106 – centro – Catolé do Rocha – PB – CEP: 58.884.000.

VALOR TOTAL: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pela Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Patu.

Patu – RN, 30 de janeiro de 2017.

WALLAS CALIXTO DE MELO

Presidente Comissão de Licitação

**Publicado por:**  
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 61DC9410

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

CONTRATO Nº. 007/2017

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 004/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PATU – RN – CNPJ: 08.396.830/0001-91 – Rua Jose Augusto nº 90 – centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000.

CONTRATADO: ALSOL PROVEDOR DE INTERNET LTDA - CNPJ Nº: 08.763.657/0001-12 – Av. Venâncio Neiva nº 106 – centro – Catolé do Rocha – PB – CEP: 58.884.000.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Internet.

VALOR TOTAL: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.001 – Câmara Municipal - 01.031 2001 2001 – Manutenção das atividades da Câmara Municipal - 3000.00 – Despesas Correntes 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 30 a 31 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2017.

**Publicado por:**  
LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 4ABE16AD

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA 15/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA, no uso de suas atribuições legais em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ELIANTO FAUSTINO DA COSTA presidente, a presente despesa como dispensa de licitação conforme informações abaixo relacionadas:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA A CAMARA MUNICIPAL

Contratado.....: GABRIEL J DO NASCIMENTO - ME

CNPJ: 08.474.327/0001-07

Fundamento Legal...: a Lei nº 8.666/93 e suas alterações

posteriores. Declaração de PARECER JURIDICO emitida pelo

ASSESSOR JURIDICO e Comissão de Licitação e ratificado

pelo(a) Sr(a)

FRANCISCO ELIANTO FAUSTINO DA COSTA

Publica-se,

Cumpra-se e

Arquiva-se.

Riacho de Santana/RN, 10 de FEVEREIRO de 2017

**Publicado por:**  
FRANCISCO ACASSIO AIRES NUNES  
**Código Identificador:** 72BE1F76

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

(PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO)

O Pregoeira da Câmara Municipal de Santa Cruz/RN torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 24 de fevereiro de 2017, às 13h30min, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017, registro de preço para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de veículo, destinado ao atendimento das necessidades do Gabinete do Presidente da Câmara do Município de Santa Cruz/RN. O Edital encontra-se disponível na sede da Câmara Municipal, à Rua Sen. Georgino Avelino, 10, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira.

Santa Cruz/RN, em 13 de fevereiro de 2017.

Pregoeiro

**Publicado por:**  
MARIA NADJANI AMARANTE DO NASCIMENTO  
**Código Identificador:** 70795E45

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 006/2017, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVE,

Nomear a partir desta data o Sr. JOÃO BATISTA DE ARAÚJO JUNIOR, inscrito no CPF nº 008.134.304-37, para exercer o cargo comissionado de Secretário de Administração –CC-1 da Câmara Municipal de São Fernando.

Cientifique-se. Publique-se.

Ver. DIONÍSIO EULAMPIO DOS SANTOS NETO

Presidente

**Publicado por:**  
ALINE KARINE ARAÚJO MAIA  
**Código Identificador:** 4B271011

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 007/2017, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

Exonerar a partir desta data o Sr. MARCOS ALEXANDRE DE MEDEIROS, inscrito no CPF sob nº 018.088.954-01, do cargo comissionado de Coordenador de Trâmite Legislativo da Câmara Municipal de São Fernando.

Cientifique-se, publique-se.

Vereador DIONÍSIO EULAMPIO DOS SANTOS NETO

Presidente

**Publicado por:**  
ALINE KARINE ARAÚJO MAIA  
**Código Identificador:** 4ADAB0F8

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 008/2017, EM 5 DE JANEIRO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e especialmente com a competência estabelecida pelo Artigo 45, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, considerando também a exiguidade do quadro funcional para compor a referida comissão,

RESOLVE,

Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de São Fernando para o período compreendido de 05/01/2017 a 31/12/2017, com atribuições e competência para realizar todos os procedimentos relativos aos processos licitatórios, inclusive dispensas ou inexigibilidades permitidas legalmente e atendidas as exigências dispostas na Lei 8.666/93, assim composta:

Presidente: Aline Karine Araújo Maia

Secretário: Marcos Alexandre de Medeiros

Membro: Maria da Guia de Medeiros

Cientifique-se. Publique-se.

Ver. DIONÍSIO EULAMPIO DOS SANTOS NETO

Presidente

**Publicado por:**  
ALINE KARINE ARAÚJO MAIA  
**Código Identificador:** 4FD9BF54

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - D 02002/2017

A Comissão de Licitação do Município de SÃO FERNANDO, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. Ver. DIONÍSIO EULAMPIO DOS SANTOS NETO, Presidente da Câmara Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Contratação de Pessoa Física para os serviços de pregoeiro na Câmara Municipal de São Fernando

Contratado.....: SILVÉRIO TÉCIO DE CARVALHO ALVES

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. Ver.

DIONÍSIO EULAMPIO DOS SANTOS NETO, Presidente da Câmara Municipal.

SÃO FERNANDO - RN, 02 de Fevereiro de 2017

ALINE KARINE ARAÚJO MAIA

Comissão de Licitação

Presidente

**Publicado por:**  
ALINE KARINE ARAÚJO MAIA  
**Código Identificador:** 67F2EF57

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA ERRATA - EXTRATO / PROCESSO Nº 017/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

Processo nº 017/2017 – Dispensa de Licitação nº 014/2017

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto de contratação de serviços de forro de gesso, destinado a Câmara Municipal de São João do Sabugi-RN, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma.

NOME DO CREDOR: LAZARO HERIQUE FERNANDES - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica sob o nº 09.613.410/0001-82, com sede na Rua Francisco David Medeiros, nº 502, Bairro Boa Passagem, Caicó/RN, perfazendo o valor total de R\$ 749,00 (setecentos quarenta e nove reais).

São João do Sabugi-RN, 06 de fevereiro de 2017.

RUTÊNIO HUMBERTO DE ARAÚJO MEDEIROS

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
ALCIDES CARNEIRO DE MORAIS  
**Código Identificador:** 60BDD341

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA ERRATA - MODALIDADE: DISPENSA LICITAÇÃO / TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PROC. 017/2017

PROCESSO CMSJS RN 017/2017 - DL 014/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GESSO

MODALIDADE: DISPENSA LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PROC. 017/2017

Processo nº 017/2017 – Dispensa de Licitação nº 014/2017

Diante das informações e justificativas presentes nos autos e, na forma da Lei, RATIFICO o procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, autorizo a contratação e emissão de ordem de compra juntos à empresa.

HOMOLOGO o procedimento em favor da empresa: LAZARO HERIQUE FERNANDES - ME, inscrita no Cadastro Nacional de

Pessoas Jurídica sob o nº 09.613.410/0001-82, com sede na Rua Francisco David Medeiros, n.º 502, Bairro Boa Passagem, Caicó/RN, no valor de R\$ 749,00 (SETECENTOS QUARENTA E NOVE REAIS).

Determino ao Setor de Contabilidade que as despesas decorrentes deste ato sejam empenhadas nas rubricas orçamentárias pertinentes, bem como sejam preenchidas as informações no Anexo do SIAL através de formulário próprio.

Publique-se.

Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 06 de fevereiro de 2017.

RUTÊNIO HUMBERTO DE ARAÚJO MEDEIROS

PRESIDENTE

**Publicado por:**  
ALCIDES CARNEIRO DE MORAIS  
**Código Identificador:** 6FA44A0B

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 017/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto nos arts. 13 e 18 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Senhor EDSON PIERRE LUCENA DE MEDEIROS, no cargo em Comissão DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, nível CC-II da Câmara Municipal de São João do Sabugi/RN.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Palácio da Câmara Municipal de São João do Sabugi/RN, em 08 de fevereiro de 2017.

Rutênio Humberto de Araújo Medeiros

Presidente

**Publicado por:**  
ALCIDES CARNEIRO DE MORAIS  
**Código Identificador:** 41E93EE3

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 018/2017.

O ordenador das despesas da Câmara Municipal de São João do Sabugi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.

Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de João Pessoa/PB, para treinamento no Seminário "O Papel do Vereador" fornecido pela empresa QUALIFICAR-CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA – ME, CNPJ 26.605.156/0001-90.

RESOLVE:

DESIGNAR, o Senhor Rutênio Humberto de Araújo Medeiros, (Presidente da Câmara), efetuar viagem supra identificada, realizada nos dias 15 a 19 de fevereiro de 2017 e autorizar a Tesouraria da Câmara Municipal, a efetuar o pagamento de 05(cinco) diárias no valor unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Palácio da Câmara Municipal de São João do Sabugi/RN, em 13/02/2017.

Alcides Carneiro de Moraes

Secretário Geral

**Publicado por:**  
ALCIDES CARNEIRO DE MORAIS  
**Código Identificador:** 75DAE833

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

### PRESIDENCIA PORTARIA 040/2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU, Estado do Rio Grande do Norte, Vereadora Verônica Senra da Silva, usando das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor PEDRO HENRIQUE FAUSTINO DA SILVA, Carteira de Identidade nº 002.402.419 SSP/RN e CPF nº 071.802.754-09, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE GABINETE da Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

São José de Mipibu/RN, 01 de fevereiro de 2017.

VERÔNICA SENRA DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
VERONICA SENRA DA SILVA  
**Código Identificador:** 5A4D721E

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

### GABINETE DA PRESIDENCIA REF. PROCESSO LIC. Nº 012/2017 - DISPENSA Nº 010/2017

INTERESSADO: Secretaria Administrativa.

ASSUNTO: Licença de uso de software para o Sistema de contabilidade pública.

TERMO DE DISPENSA

1. Analisando, minuciosamente, as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos aos princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
2. HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, ADJUDICADO o objeto respectivo a empresa LEMOS E MARQUES LTDA.
3. DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, a Licença de uso de software para o Sistema de contabilidade pública, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da Câmara Municipal de São José do Seridó – Secretaria Administrativa.

4-DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

São José do Seridó/ RN, 10 de fevereiro de 2017.

Daniel Andson da Costa

Presidente da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN

**Publicado por:**  
JEFFERSON ANDERSON MEDEIROS CELESTINO  
**Código Identificador:** 5EAF7672

### GABINETE DA PRESIDENCIA EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2017 DISPENSA Nº 010/2017 – PROC. LIC. Nº 012/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José do Seridó/RN; CONTRATADA LEMOS E MARQUES LTDA; OBJETO: Licença de uso de software para o Sistema de contabilidade pública; VIGÊNCIA: 10 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017; VALOR GLOBAL: R\$ 7.810,00 (sete mil oitocentos e dez reais); Dotação Orçamentária: 01.01.031.0018.0001.2001 - Manutenção das atividades da Câmara Municipal; Elemento de despesa: 33.90.39 – Outros serviços terceiros - PJ; Fonte: 01000. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II.

São José do Seridó/ RN, 10 de fevereiro de 2017.

Daniel Andson da Costa

Presidente da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN

**Publicado por:**  
JEFFERSON ANDERSON MEDEIROS CELESTINO  
**Código Identificador:** 6E34BEA8

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

### ADMINISTRAÇÃO PARLAMENTAR EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto.....: Contratação de empresa especializada no serviço de fornecimento de internet via rádio para atender as necessidades da Câmara Municipal de Serra do Mel  
Contratado.....: CICLO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – ME  
Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Controladoria Geral e ratificado pelo(a) Sr(a) JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES, Presidente da Câmara Municipal.

SERRA DO MEL - RN, 05 de Janeiro de 2017

Kleylton kenedy Campelo Gurgel

Diretor Geral

**Publicado por:**  
JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 562C792D

### ADMINISTRAÇÃO PARLAMENTAR EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto.....: Contratação de empresa especializada nas áreas de Assessoria Contábil para atender as necessidades da Câmara Municipal de Serra do Mel RN.  
Contratado.....: ALEXANDRE ALMEIDA DE OLIVEIRA 00988131455  
Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Controladoria Geral e ratificado pelo(a) Sr(a) JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES, Presidente da Câmara Municipal.

SERRA DO MEL - RN, 05 de Janeiro de 2017

Kleylton kenedy Campelo Gurgel

Diretor Geral

**Publicado por:**  
JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 4F69916E

### ADMINISTRAÇÃO PARLAMENTAR EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto.....: Aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Serra do Mel - RN

Contratado.....: A N Q GONÇALVES JUNIOR

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Controladora Geral da Câmara Municipal e

ratificado pelo(a) Sr(a) JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES, Presidente da Câmara Municipal.

SERRA DO MEL - RN, 16 de Janeiro de 2017

Kleylton kenedy Campelo Gurgel

Diretor Geral

**Publicado por:**  
JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 4526A514

### GABINETE DA PRESIDENCIA RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO\*

PARTES:CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL RN e OLIVEIRA E ARRUDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para locação de veículo visando atender as necessidades administrativas da Câmara Municipal de Serra do Mel RN. –

valor mensal R\$ 8.000,00 -

DURAÇÃO: 03 meses -

DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2017 -

FORO: SERRA DO MEL RN.

Serra do Mel RN, em 05 de janeiro de 2017.

José Moabe Zacarias Soares

Presidente da CMSM.

\*Replicado por incorreção de erro material.

**Publicado por:**  
ERONILDES ZACARIAS DA COSTA FILHO  
**Código Identificador:** 566EA347

### GABINETE DA PRESIDENCIA PORTARIA Nº 06/2017

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSIÇÃO

O Presidente da Câmara do Município de Serra do Mel, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 034/2016 – TCE, de 03 de novembro de 2016, que dispõe sobre a adoção de providências necessárias à transição de governo no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

RESOLVE:

Constituir Comissão Especial de Transição de Mandato para elaboração e transmissão de Relatório Técnico Conclusivo.

Art. 1º Da Constituição da Comissão Especial de Transição de Mandato, pelo atual Presidente, indicamos a seguir:

a) ALEXANDRE ALMEIDA DE OLIVEIRA – Presidente - CPF nº 009.881.314-55 (Contador);

b) KLEYLTON KENEDY CAMPELO GURGEL – Membro - CPF nº 028.172.104-17 (Controlador Geral);

c) ERONILDES ZACARIAS DA COSTA FILHO – Membro – CPF nº 102.438.024-63 (tesoureiro).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Sede do Legislativo Municipal.

Serra do Mel-RN, 10 de Fevereiro de 2017.



JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES

Presidente do Legislativo

**Publicado por:**  
ERONILDES ZACARIAS DA COSTA FILHO  
**Código Identificador:** 73C9E141

## GABINETE DA PRESIDENCIA TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) ALEXANDRE ALMEIDA DE OLIVEIRA 00988131455, referente à Contratação de empresa especializada nas áreas de Assessoria Contábil para atender as necessidades da Câmara Municipal de Serra do Mel RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Controladoria Geral do Município, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SERRA DO MEL - RN, 03 de Janeiro de 2017

JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 40729218

## GABINETE DA PRESIDENCIA TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de

junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) CICLO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, referente à Contratação de empresa especializada no serviço de fornecimento de internet via rádio para atender as necessidades da Câmara Municipal de Serra do Mel.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Controladoria,

determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SERRA DO MEL - RN, 05 de Janeiro de 2017

JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 69DF9F26

## GABINETE DA PRESIDENCIA TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) A N Q GONÇALVES JUNIOR, referente à Aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Serra do Mel - RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Controladoria, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SERRA DO MEL - RN, 16 de Janeiro de 2017

JOSÉ MOABE ZACARIAS SOARES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 3C6DEEEA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO 004/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 -CMTB

A Câmara Municipal de Timbaúba dos Batistas /RN, vem tornar pública a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, tendo como objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2017, às 14:00 h. O edital encontra-se a disposição na Sede da Câmara Municipal, na Rua Joaquim de Araújo Pereira, 166, Centro, Timbaúba dos Batistas-RN, como também, no site <http://www.timbaubadosbatistas.rn.leg.br>

Timbaúba dos Batistas-RN, em 13 de fevereiro de 2017.

Laudo Esdra Pereira Batista

Presidente

**Publicado por:**  
LAUDO ESDRA PEREIRA BATISTA  
**Código Identificador:** 4A722FD5

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO 005/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017 -CMTB

A Câmara Municipal de Timbaúba dos Batistas /RN, vem tornar pública a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017, tendo como objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços técnicos de contabilidade pública e apoio administrativo, que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2017, às 16:00 h. O edital encontra-se a disposição na Sede da Câmara Municipal, na Rua Joaquim de Araújo Pereira, 166, Centro, Timbaúba dos Batistas-RN, como também, no site <http://www.timbaubadosbatistas.rn.leg.br>

**Publicado por:**  
LAUDO ESDRA PEREIRA BATISTA  
**Código Identificador:** 59D3E725

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EDITAL DE CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS-RN

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO na forma do art. 34, § 1º da Lei nº 8.666/93, torna público que para fornecimento de materiais e prestações de serviços a Câmara Municipal de Timbaúba dos Batistas/ RN, os interessados deverão providenciar sua inscrição no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara Municipal, situada a Rua Joaquim de Araújo Pereira, nº 165, Centro, nos dias úteis, horários das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas COM O PEDIDO DE REGISTRO CADASTRAL DEVIDAMENTE PREENCHIDO, JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO ABAIXO RELACIONADA:

PARA PESSOAS JURÍDICAS

I - CAPACIDADE JURÍDICA

- Cópia da Cédula de Identidade e CPF (AUTENTICADAS).

- Registro comercial, no caso de empresa individual.

- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades de ações, acompanhadas dos documentos de eleição de seus administradores e suas últimas alterações em aditivos;

- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhadas de prova da diretoria em exercício.

- Decreto de autorização devidamente registrado, em se tratando da empresa estrangeira em funcionamento no país.

- Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V da art.27, da Lei n.8666/93.

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Registro ou inscrição na entidade competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da empresa.

- Atestado de capacidade técnica.

III - LEI Nº 8666/93, ATUALIZADA PELAS LEIS Nºs 8883 e 9032; Art. 31 - A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA LIMITAR-SE-A:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentáveis na forma da lei, que comprovem a boa situação da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

IV - IDONEIDADE FINANCEIRA

- Demonstrações contábeis (BALANÇO) do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa devidamente registrada em Livro Diário, autenticado em junta Comercial de sua origem, COM TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO.

- A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), solvência geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultado igual ou superior a 1, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = ATIVO CIRCULANTE .

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

- As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço; Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se ao direito de efetuar os cálculos; Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;
- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

V - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- Alvará de Licença de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal
- Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e da Dívida da União.
- Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado (Procuradoria).
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais (Secretaria de Fazenda).
- Certidão Negativa de Débitos Municipais.
- Certidão Negativa de Débitos do INSS - CND.
- Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidão negativa de Débitos trabalhistas - CNDT, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

PARA PESSOAS FÍSICAS

I - CAPACIDADE JURÍDICA

1. cédula de identidade (RG);

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Prova de habilitação na entidade competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com a execução dos serviços a que se pretende cadastrar.

III - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal através de Alvará de Licença, relativo ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante na forma da lei, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
4. Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a Certidão Conjunta Negativa de Débitos referentes a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
5. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa do Estado;
6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
7. certidão negativa de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor de execução patrimonial do domicílio do licitante;

8 - Certidão negativa de Débitos trabalhistas - CNDT, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

OBSERVAÇÕES:

- O PRAZO PARA ENTREGA DO CRC SERÁ DE DEZ (10) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO PROTOCOLO EMITIDO PELA CPL, QUANDO TODOS OS DOCUMENTOS ESTIVEREM PRESENTES.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 13 de fevereiro de 2017.

Laudo Esdra Pereira Batista

Presidente da CPL

**Publicado por:**  
LAUDO ESDRA PEREIRA BATISTA  
**Código Identificador:** 3F60F708

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE TOUROS

### GABINETE DA PRESIDENCIA RESOLUÇÃO Nº 002/2017

Adota o Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, instituído e administrado pela FECAM/RN, como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos da Câmara Municipal de Touros/RN.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 33, inciso IX, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário da Câmara aprovou e Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. O diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, instituído e administrado pela Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte - FECAM/RN é o meio oficial de Comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos da Câmara Municipal de Touros/RN.

Art. 2º. A edição do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte será realizada em meio de eletrônico e atenderá aos requisitos de autenticidade integralidade, validade jurídica e interposição da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, sendo certificadas pela empresa CACTUS Tecnologia da Informação LTDA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE TOUROS

CNPJ 11.932.407/0001-73  
Rua Vereador Miguel Neri, 116 - Centro -Touros/RN-CEP

59584-000

Art. 3º. A edição eletrônica do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte será disponibilizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico [www.fecamrn.com.br/diariomunicipal](http://www.fecamrn.com.br/diariomunicipal), podendo ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento.

Art. 4º. As publicações no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte substituirão quaisquer outras formas de publicação utilizada pela Câmara Municipal, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.

Art. 5º. Os direitos autorais dos atos municipais publicadas no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte são reservados a Câmara Municipal de Touros/RN.

Parágrafo único. A Câmara Municipal de Touros/RN poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, mediante solicitação e o pagamento de valor correspondente à sua reprodução.

Art. 6º. A responsabilidade pelo conteúdo da publicação é do órgão que o produziu.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### CÂMARA MUNICIPAL DE TOUROS

CNPJ 11.932.407/0001-73

Rua Vereador Miguel Neri, 116 – Centro -Touros/RN-CEP 59584-000

Art. 7º. A Câmara Municipal de Touros/RN fica autorizada a contribuir para a FECAM/RN, de acordo com o valor fixado pela Assembleia Geral da entidade.

Art. 8º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. Esta Resolução entre vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Touros (RN), 08 de fevereiro de 2017

IZABEL CRISTINA DE MELO FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Touros/RN

JOSÉ TIAGO SANTANA NETO DE FARIAS

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Touros/RN

JOAB NASCIMENTO DA SILVA FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA COSTA

1º Secretário 2º Secretário

**Publicado por:**  
FRANCISCA NILMA DOS SANTOS  
**Código Identificador:** 5E1A4842

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### CÂMARA MUNICIPAL DE VENHA-VER

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### PORTARIA Nº 006/2017

Dispõe sobre a atribuição da função de Pregoeiro e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Venha Ver Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais;

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. EDIVAM FERREIRA DA SILVA, para a função de Pregoeiro, na realização e acompanhamento de Processos Licitatórios para o Exercício de 2017, conforme autorização do Prefeito, Sr. Jose Célio Chaves de lima, pois, o mesmo é pregoeiro do poder executivo municipal .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2017.

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Câmara Municipal de Venha Ver/RN, 01 de fevereiro de 2017.

Carlos Antonio da Silva

Presidente

**Publicado por:**  
CARLOS ANTONIO DA SILVA  
**Código Identificador:** 64C02272

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### PORTARIA Nº 005/2017 - CMVV

Dispõe sobre a nomeação do presidente da comissão permanente de licitação;

O Presidente da Câmara Municipal de Venha Ver Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais;

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. Jose Vinicius Pessoa, a função de Presidente da comissão permanente de licitação, permanecendo inalterado os demais membros.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de janeiro de 2017.

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Câmara Municipal de Venha Ver/RN, 16 de janeiro de 2017.

Carlos Antonio da Silva

Presidente

**Publicado por:**  
CARLOS ANTONIO DA SILVA  
**Código Identificador:** 4FAC5D40

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017 – CMVV

O Tesoureiro da Câmara de Vereadores do Município de Venha-Ver/RN, usando das atribuições legais, dispensa do procedimento licitatório nos termos do Artigo 24, Inciso XXII, da Lei nº 8.666/93, referente a Dispensa de Licitação nº 001/2017 – CMVV, Venha-ver/RN, 10 de janeiro de 2017.

JOSE VINICIUS PESSOA

Tesoureiro da Câmara de Vereadores do Município de Venha-Ver/RN

Ratifico o presente termo de dispensa de licitação de acordo com o Art. 26, da Lei Federal 8666/93.

CARLOS ANTÔNIO DA SILVA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de VENHA-VER, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE VENHA-VER, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) CARLOS ANTONIO DA SILVA, PRESIDENTE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto..... Fornecimento de energia elétrica

Contratado..... COSERN - COMPANHIA ENERGETICA

Fundamento Legal..... art. 24, inciso XXII , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor Total (Estimado)....1.000,00 (HUM MIL REAIS)

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) CARLOS ANTONIO DA SILVA, PRESIDENTE.

VENHA-VER /RN, 10 de janeiro de 2017

CARLOS ANTÔNIO DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
CARLOS ANTONIO DA SILVA  
**Código Identificador:** 4A5AF448

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017 – CMVV

O Tesoureiro da Câmara de Vereadores do Município de Venha-Ver/RN, usando das atribuições legais, dispensa do procedimento licitatório nos termos do Artigo 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, referente a Dispensa de Licitação nº 002/2017 – CMVV, Venha-ver/RN, 10 de janeiro de 2017.

JOSE VINICIUS PESSOA

Tesoureiro da Câmara de Vereadores do Município de Venha-Ver/RN

Ratifico o presente termo de dispensa de licitação de acordo com o Art. 26, da Lei Federal 8666/93.

CARLOS ANTÔNIO DA SILVA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de VENHA-VER, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE VENHA-VER, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) CARLOS ANTONIO DA SILVA, PRESIDENTE, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto..... Serviço de agua e esgoto

Contratado..... CAERN - COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundamento Legal.... art. 24, inciso VIII , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor Total (Estimado).....1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS)

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) CARLOS ANTONIO DA SILVA, PRESIDENTE.

VENHA-VER /RN, 10 de janeiro de 2017

CARLOS ANTÔNIO DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
CARLOS ANTONIO DA SILVA  
**Código Identificador:** 4596455F

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### PROCESSO Nº. 001/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

#### ATO DE RATIFICAÇÃO

MANOEL GILBERTO LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Viçosas/RN, tendo em vista as atribuições contidas na legislação em vigor, RATIFICA a decisão da Comissão Permanente de Licitação, referente a Dispensa de Licitação nº 001/2017, em favor da ICONE SISTEMA E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME – CNPJ nº 04.826.331/0001-36, para a execução dos serviços de implantação, manutenção e atualização do Sistema de Contabilidade Pública e desenvolvimento, hospedagem e suporte técnico do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Portalegre/RN, no exercício de 2017, no valor de R\$ 7.810,00, nos termos do art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores (Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública).

Viçosa/RN, 09 de fevereiro de 2017.

MANOEL GILBERTO LOPES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
FRANCISCO VANDEILTON DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 6DD37A7F

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### PROCESSO Nº. 002/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2017

#### ATO DE RATIFICAÇÃO

MANOEL GILBERTO LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Viçosas/RN, tendo em vista as atribuições contidas na legislação em vigor, RATIFICA a decisão da Comissão Permanente de Licitação, referente a Dispensa de Licitação nº 002/2017, em favor da CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CNPJ nº 08.334.385/0001-35, para o serviço de fornecimento de água tratada e encanada, no exercício de 2017, no valor de R\$ 1.550,00, nos termos do art. 24, inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores (Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública).

Viçosa/RN, 09 de fevereiro de 2017.

MANOEL GILBERTO LOPES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
FRANCISCO VANDEILTON DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 42A503C0

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### PROCESSO Nº. 003/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2017

#### ATO DE RATIFICAÇÃO

MANOEL GILBERTO LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Viçosas/RN, tendo em vista as atribuições contidas na legislação em vigor, RATIFICA a decisão da Comissão Permanente de Licitação, referente a Dispensa de Licitação nº 003/2017, em favor da COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte – CNPJ nº 08.324.196/0001-81, para o serviço de fornecimento de energia elétrica, no exercício de 2017, no valor de R\$ 1.800,00, nos termos do art. 24, inciso XXII da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores (Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública).

Viçosa/RN, 09 de fevereiro de 2017.

MANOEL GILBERTO LOPES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
FRANCISCO VANDEILTON DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 41D06111

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

##### PROCESSO Nº. 004/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2017

#### ATO DE RATIFICAÇÃO

MANOEL GILBERTO LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Viçosas/RN, tendo em vista as atribuições contidas na legislação em vigor, RATIFICA a decisão da



Comissão Permanente de Licitação, referente a Dispensa de Licitação n.º 004/2017, em favor da TELEMAR NORTE LESTE S/A – CNPJ n.º 33.000.118/0016-55, para o serviço de fornecimento de telefonia fixa, no exercício de 2017, no valor de R\$ 1.050,00, nos termos do art. 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores (Lei das Licitações e

Contratos da Administração Pública).  
Viçosa/RN, 09 de fevereiro de 2017.  
MANOEL GILBERTO LOPES

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
FRANCISCO VANDEILTON DE OLIVEIRA  
**Código Identificador:** 6352764C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**  
**PORTARIA DE NOMEAÇÃO 034/3017 EFETIVO**

Nomeia o diretor administrativo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA-RN, no uso de uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei Orgânica municipal e Pelo regimento Interno da Câmara Municipal, resolve baixar a seguinte portaria:

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear o senhor ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA CPF: 046.726.504-64, para ocupar o cargo efetivo de Diretor Administrativo do Quadro Geral de Servidores da Câmara Municipal de Canguaretama, conforme o Ato administrativo 002/2001.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogada as disposições em contrário.

Publica-se:

Cumpra-se:

Canguaretama, RN, em 01 de Janeiro de 2008.

JAILSON BRASILINO DA SILVA

-Presidente-

**Publicado por:**  
ALEXSANDRO MARCULINO DA SILVA  
**Código Identificador:** 557C175C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**ERRATA - TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO/CMSJS/RN Nº. 017/201**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sabugi-RN, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO, a necessidade de serviço de forro de gesso destinados a Câmara Municipal.

CONSIDERANDO que o valor da prestação de serviços está amparado pelo Art. 24 da Lei n.º 8.666/93, em seu inciso II, vejamos:

"Art. 24. É Dispensável de Licitação:

(....)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez."

CONSIDERANDO que a aquisição do gesso está de acordo com os preços praticados pelo mercado e o fornecedor goza de idoneidade perante a Administração Pública.

DECLARO que fica dispensada a licitação para prestação de serviços de forro de gesso destinado a Câmara Municipal, no valor de R\$ 749,00 (setecentos e quarenta e nove reais), junto ao fornecedor LAZARO HERIQUE FERNANDES - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica sob o nº 09.613.410/0001-82.

Submeta-se o presente ato à autoridade superior para ratificação e publicidades.

São João do Sabugi/RN, 03 de fevereiro de 2017.

ALCIDES CARNEIRO DE MORAIS  
PRESIDENTE DA CPL

MATHEUS DE MEDEIROS ARAÚJO  
MEMBRO DA CPL

TASSIO GABRIEL COSTA MEDEIROS  
MEMBRO DA CPL

**Publicado por:**  
ALCIDES CARNEIRO DE MORAIS  
**Código Identificador:** 4691E78A

**Expediente:**

**Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN**

**BIÊNIO 2015/2016**

**RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA - PRESIDENTE**

1º Vice – Presidente: ODAIR ALVES DINIZ

2º Vice – Presidente: IRON LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR

3º Vice - Presidente: MARIA IZABEL ARAUJO MONTENEGRO

4º Vice – Presidente: JOSINALDO AMARO DE LIMA

1º Secretário: JEFFERSON MONIK GONCALO LIMA DE MELO

2º Secretário: LUCELIA RIBEIRO DANTAS

1º Tesoureiro: ALLYSON LINDALRIO MARQUES GUEDES

2º Tesoureiro: RAIMUNDO INACIO FILHO

**CONSELHO FISCAL**

Conselheiro Fiscal: ALBERT DICKSON DE LIMA

Conselheiro Fiscal: IZABEL CRISTINA DE MELO FERREIRA

Conselheiro Fiscal: POLYANA CAVALCANTI DIAS

Conselheiro Fiscal: DIOGO HENRIQUE MARQUES COSTA

Conselheiro Fiscal: PEDRO ALVES CABRAL NETO

**SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL**

Conselheiro Fiscal: FRANCISCO JOSE LIMA SILVEIRA JUNIOR

Conselheiro Fiscal: MANOEL QUIRINO DA COSTA

Conselheiro Fiscal: ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.